SILVIA GUARINELLO CARIOLA

FONOAUDIOLOGIA EDUCACIONAL: INSERÇÃO E PRÁTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Campinas 2012



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS Faculdade de Ciências Médicas

FONOAUDIOLOGIA EDUCACIONAL: INSERÇÃO E PRÁTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

SILVIA GUARINELLO CARIOLA

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas – UNICAMP para obtenção de título de Mestre em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação, área de concentração em Interdisciplinaridade e Reabilitação. Sob orientação da Prof^a Dr^a Regina Yu Shon Chun.

Campinas

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR ROSANA EVANGELISTA PODEROSO – CRB8/6652 BIBLIOTECA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS UNICAMP

C191f

Cariola, Silvia Guarinello, 1965 -

Fonoaudiologia educacional : inserção e prática no município de São Bernardo do Campo / Silvia Guarinello Cariola. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012.

Orientador : Regina Yu Shon Chun. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas.

1. Prática profissional. 2. Educação. 3. Políticas públicas. I. Chun, Regina Yu Shon. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Speech and language pathology on educational settings: insertion and practice at São Bernardo do Campo municipal educational department.

Palavra-chave em inglês:

Professional Practice

Education

Public Policies

Área de concentração: Interdisciplinaridade e Reabilitação **Titulação:** Mestre em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação

Banca examinadora:

Regina Yu Shon Chun [Orientador]

Maria de Lurdes Zanolli

Elenir Fedosse

Data da defesa: 09-03-2012

Programa de Pós-Graduação: Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação

Banca Examinadora de Dissertação de Mestrado

SILVIA GUARINELLO CARIOLA

Orientadora: Profa. Dra. Regina Yu Shon Chun

Membros:	
Profa. Dra. Regina Yu Shon Chun	Refine to Son Chun
Profa. Dra. Maria de Lurdes Zanolli	Marie de Sur de Consolls
Profa. Dra. Elenir Fedosse	€levin Fedosse

Curso de Pós-Graduação em Mestrado Profissional da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

Data: 09/03/2012

Dedicatória

Esta pesquisa é dedicada as minhas colegas, fonoaudiólogas da Secretaria de Educação de São Bernardo, pela oportunidade de uma convivência intensa, propulsora de aquisição e construção de novos conhecimentos, tanto individualmente, quanto para a Fonoaudiologia e para a Educação.

Agradecimentos

À minha família pelo apoio incondicional ao meu aprendizado.

Aos colegas da **equipe de orientação técnica** por partilharem seu conhecimento enriquecendo o meu fazer profissional.

A Luisa e Tere, minhas fiéis escudeiras na realização dos grupos focais.

A **Mônica**, pela cuidadosa transcrição das entrevistas.

A minha orientadora **Prof**^a **Dr**^a **Regina Yu Shon Chun**, pelo respeito, atenção e oportunidade de aprendizagem realizada nesse percurso tão intenso e enriquecedor da elaboração dessa dissertação.

À comissão examinadora do exame de qualificação:

Profa. Dra. Adriana Lia Friszman de Laplane

Profa. Dra. Elenir Fedosse

Profa. Dra. Helenice Yemi Nakamura

Profa. Dra. Maria Cecília Marconi Pinheiro Lima

À comissão examinadora do exame de defesa:

Profa. Dra. Elenir Fedosse

Profa. Dra Emilse Aparecida Merlin Servilha

Profa. Dra. Helenice Yemi Nakamura

Profa. Dra Maria de Lurdes Zanolli

[...] Primeira medida de precaução do escritor: verificar em cada texto, cada fragmento, cada parágrafo, se o tema central sobressai com nitidez. Quem quer expressar alguma coisa está de tal modo tocado por isso, que se deixa levar sem refletir. A pessoa está próxima demais de sua intenção, "perdida em seus pensamentos", e esquece-se de dizer o que ela quer dizer.

[...]

Se temos objeções, por menores que elas sejam, a um trabalho concluído – pouco importa sua extensão – é um dever tratá-las com muita seriedade, fora de qualquer relação com a relevância com que se anunciam. O envolvimento afetivo com o texto e a vaidade tendem a diminuir a escrupulosidade. O que se deixa passar apenas como uma dúvida insignificante pode tornar manifesta a falta de valor objetivo do todo.

[...]

O escritor instala-se em seu texto como em sua casa. Assim como instaura a desordem com papéis, livros, lápis, documentos, que leva de um quarto para outro, assim também comporta-se em seus pensamentos. Estes são para ele como móveis nos quais se acomoda, sente-se bem ou se irrita. Ele acaricia-os afetuosamente, usa-os, desarruma-os, organiza-os de outro modo [...]

Theodor Adorno Atrás do Espelho (p. 73) Mínima Morália

RESUMO

Introdução: Esta pesquisa volta-se ao papel do fonoaudiólogo no contexto educacional, o qual vem construindo sua atuação fundamentando-se nos contextos históricos e sociais da profissão bem como da própria Educação em nosso país. No percurso profissional dessa pesquisadora surgiram inquietações e questionamentos acerca de sua atuação como fonoaudióloga educacional, principalmente a partir de sua inserção na Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo. A inserção de fonoaudiólogas na rede municipal de ensino de São Bernardo do Campo ocorre desde 1970, nas diversas modalidades de ensino e sofreu alterações em suas práticas e referenciais, apontando para a importância de estudos como aqui proposto, uma vez que a maioria dos relatos acerca da Fonoaudiologia Educacional refere-se a profissionais inseridas no sistema de Saúde. Objetivo: Analisar o percurso da inserção e da prática da Fonoaudiologia Educacional na rede municipal de ensino de São Bernardo do Campo (SP). Sujeitos e Método: Trata-se de pesquisa qualitativa, aprovada pelo CEP da FCM/UNICAMP sob número 537/2010. Foram realizados três grupos focais, em 2010, com fonoaudiólogas da educação especial, educação infantil e ensino fundamental. Os sujeitos preencheram uma ficha com informação sobre o tempo de formação, tempo de trabalho na Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo e experiência na Educação. Foram estabelecidas as seguintes categorias de análise a) formação e capacitação; b) ações e abrangência da Fonoaudiologia Educacional: c) dificuldades e facilidades na prática da Fonoaudiologia Educacional e d) embasamento teórico. Resultados: Os sujeitos referem que sua atuação foi influenciada pela apropriação de conteúdos acerca das questões sociais de nosso país, da Educação, pelo processo histórico da inclusão educacional e pelo trabalho em equipe multidisciplinar. Observaram-se diferenças entre a atuação das profissionais do ensino comum e da educação especial. A principal dificuldade desse grupo foi romper com as expectativas por uma atuação baseada nos moldes higienistas e de atuação clínica no contexto escolar. A linguagem foi considerada como fator constitutivo do ser humano embasando toda e qualquer intervenção no processo de ensino-aprendizagem. Conclusão: Os resultados demonstram que atuar no sistema público de Educação requereu a apropriação de vários conteúdos. A inserção das fonoaudiólogas do ensino comum, na Secretaria de Educação, propiciou atuação em diferentes níveis do sistema de ensino. Observa-se que a amplitude e abrangência da experiência das fonoaudiólogas da rede municipal de ensino de São Bernardo do Campo evidencia que a atuação exercida dentro do sistema de Educação, caracteriza-se como um importante campo de atuação e inserção da Fonoaudiologia. Os achados mostram uma mudança de paradigma em que é necessário ao fonoaudiólogo, para além de sua atuação no sistema de Saúde, se relacionar com as políticas públicas de Educação de nosso país, visando o acesso, permanência, a melhoria da qualidade do ensino e o sucesso da aprendizagem de todos os alunos.

Descritores: Fonoaudiologia, Educação, Políticas Públicas, Prática Profissional.

ABSTRACT

Introduction: This research intends to study the role of Speech and Language Pathologist (SLP) services on educational settings. This professional, in Brazil, has built his practice based on the historical and social contexts of the profession and Brazilian Education. This researcher has had many concerns and questions about her practice as a speech pathologist on school contexts, especially when she started working at São Bernardo do Campo Municipal Educational Department which has had SLP services since the 1970 decade. The experience of these professionals has occurred on different levels of municipal educational system and has suffered changes on its practice and theoretical references, which points out to the importance of this study since great part of the literature is about professionals who belong to municipal health system. Objective: to analyze the insertion route and practice of SLP services at São Bernardo do Campo Municipal Educational Department. Subjects and Method: This is a qualitative research, approved by CEP from FCM/UNICAMP, number 537/2010. Data collection was done using the focus group technique, in 2010. There were three focus groups composed by SLP from especial, kindergarten and elementary education. The subjects filled out a form about graduation period, working time at São Bernardo do Campo Educational Department and educational experience. The following categories have been established: a) graduation and further studies b) actions and scope of SLP services; c) difficulties and facilities of their experience and d) theoretical concepts. Results: Subjects stated that their practice was influenced by the knowledge about Brazilian social problems, Education, the historical process of educational inclusion and multidisciplinary team work. It was observed differences between the practice of ordinary and especial education SLP. Breaking off the institution's expectations of a practice based on hygienic patterns and of a clinical work at school context were their great difficulties. Language was considered a significant factor for the human being constitution and therefore should ground any intervention made at the school learning process. Conclusion: The results showed that working at Educational Public System required appropriation of several contents. SLP practice at Educational Department of São Bernardo do Campo resulted in their insertion in different levels of the municipal educational system. The extent and scope of their experience points out that SLP services provided inside the educational system, can be characterized as an important working area and insertion for speech and language science. The results have indicated a change in paradigm which SLP should be inserted on educational public policies beyond their practice at public health, aiming the access, permanence, educational quality improvement and learning success of all students.

Key words: Speech Language and Hearing Sciences, Education, Public Policies, Professional Practice

LISTA DE ABREVIATURAS

Conselho Federal de fonoaudiologiaCFI				
Conselho Regional de FonoaudiologiaCRFa				
São Bernardo do CampoSBC				
Secretaria de Educação de São Bernardo do CampoSESBC				
LISTA DE QUADROS				
Quadro 1- Distribuição de alunos matriculados nas escolas municipais de Educação Infantil de São Bernardo do Campo em 200926				
Quadro 2 - Distribuição de alunos matriculados nas escolas municipais de Ensino Fundamental de São Bernardo do Campo em 200926				
Quadro 3 - Tempo de formação e de experiência anterior dos sujeitos, em Fonoaudiologia Educacional43				
Quadro 4 - Tempo de trabalho dos sujeitos, na equipe de orientação técnica da SESBC, nos diferentes níveis e modalidades de ensino45				
LISTA DE FIGURAS				
Figura 1 - Equipamentos de Educação, Rede Municipal e população por bairro. São Bernardo do Campo				
Figura 2 – Categorias de Análise41				

SUMÁRIO

I.	. APRESENTAÇÃO	11
II.	I. INTRODUÇÃO	14
2	2.1 A Fonoaudiologia Educacional no Brasil	14
2	2.2 Fonoaudiologia Educacional em São Bernardo do Campo	23
III.	II. OBJETIVOS	32
3	3.1. Objetivo Geral	32
3	3.2. Objetivos Específicos	32
IV.	V. SUJEITOS E MÉTODO	33
2	4.1 Desenho Metodológico	33
4	4.2 Procedimento de Coleta de Dados	34
4	4.3 Forma de Análise dos Dados	39
٧.	V. RESULTADOS	42
5	5.1 Da caracterização dos sujeitos	42
Ę	5.2 Da inserção da Fonoaudiologia Educacional em São Bernard	lo do
(Campo	47
	5.2.1 Formação e capacitação para atuação no contexto educ	acional 47
	5.2.2 Ações e abrangência da Fonoaudiologia Educacional em Campo	
	5.2.2.1 Educação Especial	51
	5.2.2.2 Ensino Comum	53
	5.2.3 Dificuldades e facilidades na prática da Fonoaudiologia	Educacional 61
	5.2.4 Embasamento teórico que norteia a prática da Fonoaudio	ologia Educacional 65
VI.	VI. DISCUSSÃO	70
VII	VII. CONCLUSÕES	82
RE	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
ΑN	ANEXOS	
,	Anexo I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	98
,	Anexo II – Ficha de Identificação	99

I. APRESENTAÇÃO

O tema desta pesquisa volta-se ao papel do fonoaudiólogo no contexto educacional, o qual vem construindo sua atuação em diferentes instituições de ensino públicas e privadas, fundamentando-se nos contextos históricos e sociais da profissão bem como da própria Educação em nosso país.

A atuação do fonoaudiólogo no contexto educacional está intrinsecamente ligada à origem da profissão no país, uma vez que nos anos de 1930, surge o profissional que iria "corrigir" a fala dos alunos que desviassem da norma padrão, alinhando seu fazer profissional às concepções higienistas de Saúde e Educação da época. Em seu percurso como profissão, aproximou-se da Medicina e da Psicologia, nos anos de 1950 e 1960, o que resultou na criação dos cursos superiores de Fonoaudiologia (FIGUEIREDO NETO, 1988).

Neste sentido, várias gerações de fonoaudiólogos, inclusive esta pesquisadora, foram formados e atuaram, nas escolas, tendo como base os pressupostos higienistas do surgimento e do desenvolvimento da profissão.

Inúmeros trabalhos foram desenvolvidos, nomeados ora como Fonoaudiologia Escolar (FERREIRA, 1991; LAGROTTA E CÉSAR, 1997; CALHETA, 2005) ora como Educacional (ANTUNES *et. al*, 2009; CRFa-2ª, 2010). Neste trabalho optou-se por utilizar a denominação Fonoaudiologia *Educacional* por se compreender que a inserção do fonoaudiólogo não se restringe à escola, espaço físico onde ocorre o processo de ensinoaprendizagem, mas em toda e qualquer instância em que a Educação seja objeto de estudo e/ou de atuação.

A Educação passa por significativas mudanças avançando de um sistema exclusivo chegando à inclusão e à Educação para todos, o que levou a ressignificações no papel do fonoaudiólogo educacional.

A partir desse contexto histórico, no decorrer da trajetória profissional da autora desta pesquisa, surgiram inquietações e questionamentos, provocados pela experiência como assessora em escolas privadas e, em particular, pela atuação na Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo (SESBC), a partir de 2000.

A inserção nesse sistema de ensino municipal provocou reflexões sobre o fazer profissional, tais como: por que, para que fazer triagem? O que fazer com a demanda advinda das triagens? Que outras ações seriam pertinentes no contexto escolar? Porque continuar a detectar o diferente, considerando-se que a escola precisa acolher a diversidade? Como atuar sem patologizar? Que novos conteúdos eram preciso aprender para atender às demandas interdisciplinares da Secretaria de Educação? Como atender ao questionamento da escola acerca de como ensinar o aluno que não fala? Haveria um limite para a inclusão de alunos com deficiência? De que forma a Fonoaudiologia pode contribuir na Educação?

No turbilhão desses questionamentos, a equipe de fonoaudiólogas vem desenvolvendo sua atuação junto à Secretaria de Educação e às unidades escolares de São Bernardo do Campo. A equipe buscou referenciais teóricos que norteassem sua prática, porém deparou-se com a escassa literatura acerca da inserção de fonoaudiólogos nos sistemas públicos de educação ou então pela presença marcante de práticas alinhadas a concepções higienistas que não satisfaziam às necessidades desse grupo de profissionais. Dessa forma, a atuação da referida equipe se construiu a partir da mescla

de várias áreas de conhecimento, vivenciados na prática a partir de tentativas, erros, acertos e muita reflexão!

Considerando que a inserção desse grupo de fonoaudiólogas ocorreu ainda na década de 1970, em diversas modalidades de ensino do município, bem como os fatos de que a prática e os referenciais teóricos vêm sofrendo mudanças, e que a maior parte dos estudos encontrados na literatura aborda a experiência de profissionais atuando como assessores ou vinculados ao sistema de Saúde, este estudo resgata e discute como a Fonoaudiologia Educacional se desenvolveu na rede de ensino de São Bernardo do Campo.

Portanto, neste trabalho analisa-se e caracteriza-se a atuação fonoaudiológica no contexto educacional, do referido sistema de ensino municipal, buscando propiciar subsídios para maior compreensão da prática e da inserção da Fonoaudiologia em equipamentos educacionais, com vistas a ampliar a sua participação nas políticas públicas de Educação em nosso país.

No próximo capítulo será apresentado um resgate acerca da Fonoaudiologia Educacional no Brasil e na Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo. Em seguida, no capítulo III, abordam-se os objetivos gerais e específicos dessa pesquisa. Sujeitos e método são descritos no capítulo IV. No capítulo V apresentam-se os resultados, seguido da discussão, no capítulo VI e das conclusões, no capítulo VII.

II. INTRODUÇÃO

2.1 A Fonoaudiologia Educacional no Brasil

O fonoaudiólogo, desde suas origens em nosso país, nos anos de 1930, desenvolve um trabalho fortemente marcado pela detecção do diferente, isto é, do desvio ou do patológico e na educação especial, pela reabilitação tendo em vista a adaptação do sujeito às normas e procedimentos sociais padrões (BERBERIAN¹, 2007).

Tal abordagem decorre do contexto do surgimento da profissão, durante o movimento higienista, no início do século XX, que tinha como objetivo "corrigir" os erros/desvios da norma culta. Em outras palavras, decorre da preocupação em cuidar da população, educando e "ensinando" novos hábitos. O desejo dos intelectuais ligados a esse movimento era o de melhorar as condições de saúde da população brasileira, mas não tinham uma preocupação real com as doenças nem com os doentes, mas sim, em detectar, discriminar e fixar os limites entre o normal e patológico, para poder discriminar os sujeitos entre "adequados" e "desajustados" (BERBERIAN, 2007).

Nesse contexto surgem os primeiros profissionais da área, na época, denominados de ortofonistas, relacionados à Medicina e à Pedagogia, os quais tinham como objetivo "corrigir" a fala dos alunos em prol da unificação da Língua Nacional, a serviço do controle social e desmobilização política em nome de uma ideia de nação homogênea (BERBERIAN, 2007).

A doutrina higienista gerou desdobramentos como a criação de setores de saúde escolar que contribuíram para a ampliação da medicalização na Educação, uma vez que

_

¹ 2ª edição revista.

depositavam a causa dos problemas nos alunos e estabeleciam limites rigorosos para diferenciar o normal do patológico (GRANER, 2007).

O reconhecimento das diferenças individuais foi utilizado como instrumento para exercer o poder sobre uma determinada camada social. A heterogeneidade física e/ou moral dos alunos era classificada como anomalia e usada para justificar o insucesso dos alunos (SCAVAZZA, 1991; BERBERIAN, 2007).

O modelo clínico-médico baseado na busca de doenças e doentes no ambiente escolar imprimiu neste espaço, principalmente nos educadores, a noção de que a função do fonoaudiólogo seria prioritariamente identificar possíveis alterações e que, com seu saber específico, resolveria o problema (CRFa-2ª, 2010).

A partir dos anos de 1980, com a regulamentação da profissão e do espaço escolar como local de atuação do fonoaudiólogo, as experiências neste âmbito se ampliaram. Foi publicada, em 1991, a primeira obra - O Fonoaudiólogo e a Escola (FERREIRA, 1991), que relata experiências fonoaudiológicas, algumas marcadas pela busca e detecção de alterações fonoaudiológicas (BITAR, 1991; COIMBRA *et al.*, 1991; COLLAÇO, 1991; GUEDES, 1991; LEVY, 1991) e outras já problematizando tal prática (LACERDA *et. al.*, 1991; PINTO *et. al.*, 1991; SCAVAZZA, 1991).

A inserção da Fonoaudiologia na escola desencadeou, ao longo do tempo, algumas reflexões acerca da patologização da Educação, da produção do fracasso escolar, da diferenciação do trabalho fonoaudiológico clínico e escolar e consequentemente dos referenciais que embasavam tal atuação. Segundo alguns autores da Fonoaudiologia, esses questionamentos promoveram discussões acerca do papel do fonoaudiólogo voltado somente para a "doença" e indicaram a possibilidade de este ser

um profissional que trabalharia na promoção da Saúde do processo de comunicação humana (COLLAÇO, 1991; PINTO *et al.*, 1991; LAGROTTA *et al.*, 1991).

Outros autores da área indicavam a necessidade de o fonoaudiólogo ter uma visão crítica das estruturas de poder de nossa sociedade, o papel da escola nessa engrenagem e principalmente sobre o seu papel profissional, que ao estabelecer uma relação de complementaridade com a escola, validava o fracasso escolar dos alunos com seu parecer técnico-científico, contribuindo para a manutenção dessas relações de poder (CAPPELLETTI, 1991; SCAVAZZA, 1991; BERBERIAN, 2007; CRFa-2ª, 2010).

Nessa perspectiva cabe destacar o trabalho pioneiro de Pinto *et al.* (1991), fonoaudiólogas inseridas na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, que desde aquela época referiam que atuar junto a Educação requer uma visão ampla da realidade e uma atuação integrada junto aos educadores no processo de ensino-aprendizagem. Os altos índices de repetência e evasão escolar eram problemas a ser enfrentados, porém a escola responsabilizava os próprios alunos e sua "falta de pré-requisitos" pelo fracasso escolar. As autoras referem que atuavam buscando mediar as diferenças linguísticas trazidas pelas crianças e a norma culta, tanto oral quanto escrita, estabelecida pela escola.

Essas autoras avaliavam que a atuação junto às escolas exigia atualização por parte do fonoaudiólogo e conhecimento da filosofia pedagógica, própria do contexto escolar. Explicitavam que a atuação do fonoaudiólogo pode ser ampla, diversificada, abrangente e também específica, adaptando seus conhecimentos a uma realidade complexa da Educação, configurando-se como um novo campo de trabalho.

Na década de 1990, ampliam-se as publicações com propostas de trabalho no contexto escolar, que buscavam colaborar para que a escola pudesse considerar a

linguagem como fundante na constituição dos sujeitos, independentemente da presença ou não de distúrbios de comunicação. No entanto, a preocupação e crítica à medicalização da aprendizagem continuavam, como apontam os referidos autores (COLLARES e MOYSÉS, 1996; ROCHA e MACEDO, 1997; CAVALHEIRO, 1999; GIROTO, 1999; ZORZI, 1999).

Nesse mesmo período, com a instituição do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 1990b) a Fonoaudiologia, a partir de conhecimentos advindos da Saúde Pública, incorpora e propõe ações no contexto educacional, baseadas nos pressupostos da Promoção de Saúde (MARIN *et al.*, 2003; TRENCHE, 2009), considerando-se assim, que a linguagem pode ser compreendida a partir do seu caráter social e cultural e não somente, pelos seus desvios (MARIN *et al.*, 2003; CRFa-2ª, 2010). Esse novo paradigma da Saúde visa ao empoderamento do próprio sujeito e da coletividade como corresponsáveis na compreensão e intervenção sobre as suas necessidades de Saúde e condições de vida (PENTEADO e SERVILHA, 2004; CHUN, 2009).

Compreende-se que a Promoção da Saúde pode ser realizada em diferentes espaços em que se constroem o processo saúde/doença, tais como família, creches, escolas, entre outros (MARIN *et al.*, 2003; PENTEADO e SERVILHA, 2004; TRENCHE, 2009). A educação para a Saúde é considerada uma ferramenta importante para informar a população e neste sentido a escola é apontada como um dos locais propícios para a repercussão dos programas de Educação e Saúde, objetivando a promoção de saúde do ambiente e dos alunos (FONTELLES, 2007; TRENCHE, 2009).

Em meados dos anos 2000, Calheta e Silva (2005), ao analisarem a literatura acerca da Fonoaudiologia Educacional, também observaram que ainda existiam trabalhos que reeditavam práticas clínicas na escola desvalorizando-se, muitas vezes, as

especificidades desta instituição e o impacto da atuação fonoaudiológica. Nessa perspectiva, o fonoaudiólogo tendia a ocupar o papel de examinador e orientador, considerando a escola como o local de possíveis doenças/distúrbios de linguagem, fala, voz e audicão.

Nesse sentido, responsabiliza-se a criança pela constituição de sua "doença" e se exime de problematizar, junto com a escola, sobre suas possibilidades de construção de conhecimento. Entende-se, assim, a escola como local de detecção e tratamento de patologias, desresponsabilizando-a pela sua participação na constituição e/ou manutenção do sintoma da linguagem (CALHETA, 2005).

Pode-se dizer que ainda nos dias atuais, há uma tendência de a Fonoaudiologia ocupar-se da busca do patológico na escola, demonstrando que as origens de nossa profissão ainda estão profundamente enraizadas no campo educacional como discutem vários autores (BACHA, 2002; PENTEADO, 2002; DIDIER, 2006; FONTELLES, 2007; GIROTO e OMOTE, 2007; LIPAY e ALMEIDA, 2007; CHUN, 2009; CRFa-2ª, 2010). Tal tendência se traduz em uma dificuldade da área em redimensionar seu papel nesse contexto.

Neste sentido, o fonoaudiólogo necessita redimensionar seu papel, considerando a comunicação e a linguagem como ações políticas de acesso e produção dos bens sociais e culturais, comprometendo-se, como agente social, com a transformação da realidade de nosso país (PENTEADO e SERVILHA, 2004; CHUN, 2009; HASHIGUTI, 2009; RODRIGUES *et al.*, 2009).

Mais recentemente, a literatura revela o desenvolvimento de ações de assessoria e consultoria, dentre as possibilidades de atuação do fonoaudiólogo no contexto escolar

(BARCELLOS e FREIRE, 2005; CALHETA, 2005; CFFa, 2005; FONTELLES, 2007; CRFa-2^a, 2010).

Segundo Calheta (2005), a assessoria fonoaudiológica escolar caracteriza-se pela proposta de ações em Promoção da Saúde de forma a possibilitar o estabelecimento de relações discursivas qualitativas entre educadores e o fonoaudiólogo, bem como promover encontros reflexivos que permitam a constituição de um dizer único inserido na proposta de assessoria.

O Conselho Regional de Fonoaudiologia - 2ª região (2010) indica que o fonoaudiólogo no contexto escolar pode desenvolver ações de consultoria, formação e assessoria, descrevendo-as como segue:

Na função de consultor, o profissional inicialmente examina a demanda da equipe que atua na escola [...] e defini [...] as estratégias que poderão fazer parte dos procedimentos cabíveis. Sequencialmente, poderá surgir a exigência de uma ação formativa e/ou de assessoria.

A formação é realizada de acordo com a necessidade dos atores sociais envolvidos com a escola de conhecer aspectos relacionados à Fonoaudiologia. Com relação à assessoria, o fonoaudiólogo pode auxiliar/apoiar, a partir de seu conhecimento especializado em um determinado assunto, devendo permitir a construção de ações voltadas à demanda escolar (CRFa-2ª, 2010, p. 53).

Autores que problematizaram a atuação fonoaudiológica no contexto educacional apontam desencontro entre as necessidades da Educação e a oferta feita pelo profissional, devido à falta de referenciais comuns do fonoaudiólogo para atuar nesse contexto, o que acaba por constituir um discurso de fora para dentro, *sobre* a escola e não

construído *na* escola (LACERDA *et al.*, 1991; PINTO *et. al.*, 1991; BACHA, 2002; PENTEADO, 2002; CALHETA, 2005; GIROTO e OMOTE, 2007; BERBERIAN E CALHETA, 2009).

Dessa forma, os objetivos do fonoaudiólogo no contexto escolar não estariam em consonância com os objetivos da escola, que são o processo de ensino-aprendizagem, configurando-se, provavelmente, em um dos fatores responsáveis pela dificuldade de acesso e atuação fonoaudiológica na escola, como problematiza Bacha (2002):

[...] Estaria a atuação fonoaudiológica atendendo as necessidades da educação ou ainda seriam práticas isoladas? Estaria a atuação do fonoaudiólogo escolar caracterizada por ações educacionais ou clinicas? Por ações de saúde na educação, ou por ações realmente educacionais? Por ações visando à saúde quanto aos distúrbios da comunicação ou visando à aprendizagem (escolar)? (BACHA, 2002, p. 15).

Os movimentos sociais internacionais e nacionais (UNESCO, 1994; BRASIL, 1988; 1990; 1996) redimensionaram e elevaram a importância da Educação como direito inalienável de *todas* as crianças, ressaltando que a sociedade e a escola têm como dever acolher e conviver com a diversidade.

Dessa forma, a escola mais uma vez, vê-se impelida a rever o seu papel social e sua concepção de ser humano e do processo de ensino-aprendizagem, procurando transformar-se em uma escola para todos. Porém questiona-se acerca do que é ensinar e aprender no contexto da diversidade, caracterizada por diferenças étnicas, sociais, culturais, linguísticas e individuais, como por exemplo os distúrbios de comunicação.

Consequentemente, a Educação para todos se configura como um desafio também para a Fonoaudiologia, pois a área necessita repensar sua atuação não se limitando apenas a detectar e corrigir distúrbios de linguagem, mas a colaborar com a escola para que esta compreenda a linguagem como fator constitutivo de seus alunos, sujeitos imersos em um contexto cultural e social a ser respeitado, valorizado e compreendido, atuando como parceira no aprimoramento e ampliação do universo comunicativo do aluno (CIBOTO, 2006; PINTO, 2006; GIROTO e OMOTE, 2007; ANTUNES et al.,2009; BERBERIAN E CALHETA, 2009; HASHIGUTI, 2009; TRENCHE, 2009; CRFa-2ª, 2010; MATUMOTO et al., 2010; VERA et al., 2010).

Em 2010, foi publicada a Resolução 387/2010 do **Conselho Federal de Fonoaudiologia**, que estabelece as atribuições e competências do profissional Especialista em Fonoaudiologia Educacional. Esta resolução localiza a atuação desse profissional na *promoção de ações de educação dirigidas à população escolar nos diferentes ciclos de vida* (CFFa 2010, p.2), diferenciando-se da Resolução anterior (309/2005), que dispunha sobre a atuação do Fonoaudiólogo na Educação, considerando a necessidade de *promover a saúde, prevenir e orientar a comunidade escolar quanto às alterações de audição, linguagem, motricidade oral e voz* (CFFa 2005, p.1).

Dessa forma, observa-se que a Fonoaudiologia Educacional vem sofrendo várias mudanças ao longo dos anos requerendo revisão e aprofundamento teórico, uma vez que se percebe, que o modelo higienista ainda tende a ser uma forte referência para esse campo de atuação. No entanto, os fonoaudiólogos, a partir de sua prática, vem promovendo mudanças significativas no seu perfil de atuação tendo como objetivo e desafio contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, tornando-se corresponsável

pelo papel social da escola, discussão, ainda, a ser aprofundada no contexto da Fonoaudiologia em nosso país.

Segue no próximo tópico, uma breve apresentação da inserção desse profissional no sistema de ensino do município de São Bernardo do Campo, foco de estudo desta investigação.

2.2 Fonoaudiologia Educacional em São Bernardo do Campo

O município de São Bernardo do Campo inicia a sua rede de ensino, nos anos de 1950, com a abertura de uma escola para surdos. Em 1970, amplia-se o atendimento para os deficientes intelectuais, que contaram desde o seu início com a atuação de fonoaudiólogos. Desde então, o quadro de fonoaudiólogos se modificou e se ampliou dentro do sistema municipal de ensino, sendo, portanto, um referencial importante para o estudo e caracterização da inserção da Fonoaudiologia no sistema público de Educação. Dessa forma, serão relatadas a seguir as características do município e a inserção das fonoaudiólogas na Secretaria de Educação.

A cidade de São Bernardo do Campo está situada próximo à região metropolitana de São Paulo. Possui 407,1 km² de área e faz divisa com São Paulo, Santo André, São Caetano do Sul, São Vicente, Diadema e Cubatão (CAMPOS, 2010).

A população total do município é de 810.580 Hab., sendo 787.605 Hab. na região urbana e 13.975 na região rural (SÃO BERNARDO CAMPO, 2010).

Os dados econômicos do município indicam que o Produto Interno Bruto do município atingiu aproximadamente R\$ 19 bilhões em 2005, sendo a 1ª posição na região do Grande ABC, 5ª posição no estado de São Paulo e 13ª posição no país. Em 2007, era o 4º maior exportador do país e o 3º do estado de São Paulo (CAMPOS, 2010). A indústria corresponde a 62% da atividade economica do município e comércio e serviços por 38% (SÃO BERNARDO CAMPO, 2010).

O sistema municipal de ensino tem a Secretaria de Educação, como órgão executivo das políticas de Educação básica e compreende as instituições do ensino fundamental, da educação especial, educação infantil e educação de jovens e adultos

mantidas e administradas pelo Poder Público Municipal; as instituições de educação infantil criadas, mantidas e administradas pela iniciativa privada, tanto as de caráter lucrativo como as comunitárias, confessionais e filantrópicas (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2004a)

Em 2009, a rede municipal de ensino abrangia 246 unidades, sendo 95 creches – das quais 65 do município (0 a 3 anos) e 30 conveniadas, 75 escolas de educação infantil (4 a 6 anos), 69 escolas de ensino fundamental e 7 escolas de educação especial (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2010)

Os equipamentos de educação da rede municipal de ensino e a população por bairro podem ser visualizados na figura 1 e as matrículas dos alunos nas escolas municipais de educação infantil e ensino fundamental podem ser visualizadas nos quadros 1 e 2 respectivamente.

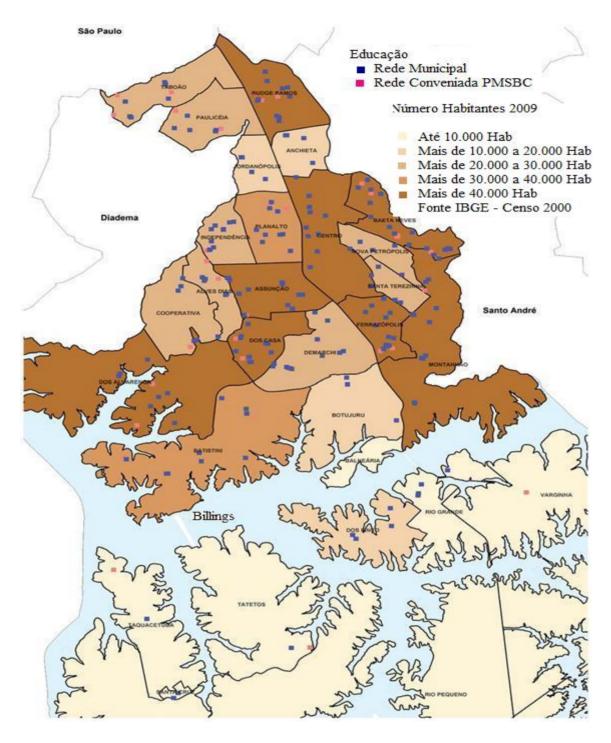


Figura 1 - Equipamentos de Educação, Rede Municipal e população por bairro. São Bernardo do Campo. Fonte: São Bernardo do Campo - Sumário Dados 2010. Disponível em: http://www.saobernardo.sp.gov.br/dados1/arquivos/sumariodedados/SBC_DADOS_Capitulo06.pdf

Quadro 1- Distribuição de alunos matriculados nas escolas municipais de Educação Infantil de São Bernardo do Campo em 2009

EDUCAÇÃO INFANTIL					
(alunos matriculados)					
ESCOLAS	CRECHE	INCLUIDOS	PRÉ ESCOLA	INCLUIDOS	
MUNICIPAIS					
URBANA	4438	36	22558	303	
RURAL	37	2	412	4	
TOTAL	4475	38	22970	307	

Fonte: Brasil. Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira 2010. Disponível em: http://www.educasensomec.inep.gov.br/basica/censo/default.asp

Quadro 2 - Distribuição de alunos matriculados nas escolas municipais de Ensino Fundamental de São Bernardo do Campo em 2009.

ENSINO FUNDAMENTAL				
(alunos matriculados)				
ESCOLAS MUNICIPAIS	ANOS INICIAIS	EDUCAÇÃO ESPECIAL		
		OU INCLUIDOS		
URBANO	42.671	1599		
RURAL	884	41		
TOTAL	43.555	1640		

Fonte: Brasil. Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira 2010. Disponível em: http://www.educasensomec.inep.gov.br/basica/censo/default.asp

A rede municipal de ensino teve início nos anos de 1950, no campo da educação especial, especificamente, a escola para surdos. Em 1960, foi criada a primeira escola de educação infantil e nos anos de 1970, são criadas duas escolas para deficientes intelectuais. Em 1998, teve início o processo de municipalização dos quatro primeiros anos do ensino fundamental, concluído em 2004 (CAMPOS, 2010).

As escolas municipais para deficientes intelectuais tiveram fonoaudiólogos em seu quadro de profissionais entre 1970 a meados de 1980, sendo que estes saíram da rede e um novo concurso só foi realizado nos anos de 1990. A escola para surdos contou com fonoaudiólogo a partir de 1974, ampliando-se nos anos de 1980.

As fonoaudiólogas das escolas para deficientes intelectuais e surdos trabalhavam dentro da unidade escolar, em equipe multidisciplinar composta por orientador pedagógico, psicólogo e assistente social e tinham como foco de trabalho a orientação de professores, de pais e ação terapêutica e educacional com os alunos.

Nos anos de 1990, a Secretaria de Educação contratou a primeira fonoaudióloga para atuar no ensino comum, compondo o quadro da equipe multidisciplinar de orientação técnica da Seção de Educação Infantil. Nessa época, tal equipe estava se estruturando e já contava com orientadores pedagógicos e psicólogos, sendo responsável por 40 escolas de educação infantil.

Nos anos de 2000, devido à municipalização da rede de ensino fundamental, a administração cria a Seção de Ensino Fundamental, nos mesmos moldes da equipe multidisciplinar de orientação técnica da educação infantil. Para atender esta nova demanda, é realizado um concurso público ampliando-se o quadro de fonoaudiólogos que a partir daquele momento passam a compor também a equipe de orientação técnica da Seção do Ensino Fundamental.

A função das equipes técnicas da educação infantil e do ensino fundamental era contribuir com a Secretaria de Educação na análise das necessidades da rede de ensino, bem como atuar em caráter formativo no acompanhamento e orientação às escolas públicas de São Bernardo do Campo, no que se refere à elaboração e execução do seu projeto político pedagógico.

A descrição do cargo de fonoaudiólogo constante no Estatuto Municipal do Magistério de São Bernardo do Campo (São Bernardo do Campo, 1988), indica as atribuições deste profissional nas três áreas de educação: infantil, especial e fundamental, sem diferenciá-las. Neste documento são descritas ações relacionadas à formação da equipe escolar, levantamento e análise de dados sobre a realidade escolar, ações de colaboração para o processo de ensino-aprendizagem dos educandos com dificuldades específicas, orientação a pais, dentre outras. São atribuições que, embora em alguns itens estejam voltadas às dificuldades dos alunos, apontam também para uma atuação mais ampla e abrangente no que se refere à participação do fonoaudiólogo no projeto educacional das escolas e da rede municipal de ensino.

Em 2004, após dois anos de encontros sistemáticos com cada grupo de profissionais que compunham as equipes de orientação técnica das diversas modalidades de ensino, a Secretaria de Educação do município sistematiza o trabalho realizado por esses profissionais indicando que esses profissionais devem ter como base o plano de trabalho elaborado pela equipe, o qual por sua vez deve ser baseado na avaliação das necessidades de cada escola. Aponta ainda, diferentes níveis de atuação do fonoaudiólogo dentro da rede municipal de ensino, abrangendo o aluno, sua família, o professor, a equipe de gestão da escola e ainda a própria Secretaria de Educação (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2004b).

Delineia um pressuposto de atuação junto às escolas, considerando os profissionais parceiros e corresponsáveis pelo sucesso e qualidade da Educação de cada escola e da rede como um todo. Neste documento, lê-se que o fonoaudiólogo tem:

[...] O papel de formador, como parceiro experiente das escolas que pauta sua ação na demanda e na identificação das necessidades formativas das escolas, realizando análise individualizada (por unidade) e coletiva (demais unidades da rede). Parceria experiente implica na competência para um olhar distanciado e critico da realidade da escola sendo corresponsável, na busca de soluções que superem as dificuldades enfrentadas pela equipe escolar (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2004b, p.2).

Coloca-se o papel dos fonoaudiólogos, integrante desta equipe, como profissional responsável pela análise dos problemas e necessidades da rede de ensino bem como pela busca de soluções para tais questões. Deste modo, exige do profissional outro posicionamento para além do sujeito e seu distúrbio. Convoca-os a assumir uma visão ampliada, abrangente e diversificada não só da unidade escolar como de toda a rede municipal e das políticas públicas federais e municipais de Educação.

Em 2009, o quadro de profissionais era composto por 15 fonoaudiólogas: cinco fonoaudiólogas na Seção de Educação Infantil, seis na Seção do Ensino Fundamental, duas nas escolas para deficientes intelectuais e duas na escola de educação para Surdos.

As profissionais do ensino comum atuavam junto à Secretaria de Educação, na análise, proposição e planejamento de ações coletivas para a rede de ensino comum e no acompanhamento de um determinado grupo de escolas, fazendo parte de uma equipe referência multidisciplinar, com encontros regulares nas unidades escolares. Na educação infantil cada fonoaudióloga era responsável por aproximadamente 15 escolas e no ensino fundamental por 8 escolas, de acordo com a indicação de um fonoaudiólogo para cada agrupamento de 150 classes (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 1998).

As fonoaudiólogas da educação especial atuavam nas unidades escolares, em equipe multidisciplinar, de acordo com os seguintes critérios: para atividade com deficiência mental - uma fonoaudióloga para 150 *educandos*; para atividade com deficiência auditiva - uma fonoaudióloga para 70 *educandos* (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 1998).

As equipes multidisciplinares eram compostas por: assistente social, orientador pedagógico, psicólogo e terapeuta ocupacional e um fisioterapeuta para a educação especial.

De acordo com Campos (2010), o trabalho realizado pelas equipes de orientação técnica pode ser considerado como de grande complexidade, uma vez que seus profissionais se deparam constantemente com contradições na forma em que as leis e diretrizes da Secretaria de Educação do município são definidas. Isso exige que seus profissionais argumentem, discutam e negociem a fim de viabilizarem medidas mais adequadas à realidade da cidade.

Em 2010, houve uma reestruturação das equipes de orientação técnica do ensino comum (infantil e fundamental) e da educação especial. Foi criada a Equipe de Orientação Pedagógica, formada somente por orientadores pedagógicos, compondo as

Seções de Educação Infantil e Fundamental, e a Equipe de Orientação Técnica, formada por assistentes sociais, fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais, fazendo parte da Seção de Educação Inclusiva, que transversaliza todos os níveis de ensino (educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos).

Desde 2009, o município de São Bernardo do Campo não aceita matrículas nas escolas de educação especial. Os alunos mais novos das escolas para deficiência intelectual foram direcionados para o ensino comum. Os jovens e adultos deficientes permanecem nestas escolas, que estão se configurando em espaços de cultura e convivência somente para jovens e adultos com deficiência, num primeiro momento, com perspectiva de ampliação para todos os munícipes, num movimento de inclusão reversa.

Devido à grande mudança na rede de ensino do município de São Bernardo do Campo e à reorganização da equipe de orientação técnica, que ainda está em fase de adaptações e ajustes, optou-se por agrupar as fonoaudiólogas da Secretaria de Educação de acordo com seu local de trabalho em 2009.

No próximo capítulo delineiam-se os objetivos gerais e específicos dessa pesquisa.

III. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Analisar o percurso da inserção e da prática da Fonoaudiologia Educacional na rede municipal de ensino de São Bernardo do Campo (SP).

3.2. Objetivos Específicos

- **3.2.1**. Levantar o perfil dos sujeitos quanto ao tempo de formação, de experiência e atuação na área da Fonoaudiologia Educacional.
- **3.2.2**. Investigar a percepção dos sujeitos quanto as ações e abrangência da Fonoaudiologia Educacional neste município.
- **3.2.3.** Verificar as dificuldades e facilidades encontradas na prática da Fonoaudiologia Educacional neste município.
- **3.2.4.** Levantar o embasamento teórico que referencia as práticas da Fonoaudiologia Educacional dos sujeitos do estudo.

IV. SUJEITOS E MÉTODO

4.1 Desenho Metodológico

Este trabalho segue uma abordagem qualitativa, pois estuda, no *setting* natural dos sujeitos, o significado que um grupo de profissionais atribui a um dado fenômeno (MINAYO, 1999; TURATO, 2003). No caso desta dissertação, a atuação da Fonoaudiologia no contexto educacional em São Bernardo do Campo e de que forma tais significados passam a ser partilhados entre estes profissionais, protagonistas do fazer num determinado momento histórico, entendendo-se que representações e simbolismos, por sua vez, passam a atuar, organizando o fazer desse determinado grupo (TURATO, 2005).

A opção por esta abordagem baseia-se na crença da capacidade do homem de refletir sobre si mesmo (MINAYO, 1999; GONDIM, 2002; TURATO, 2005), sobretudo acerca do seu fazer profissional, construído por meio das interações cotidianas nos processos de trabalho.

O método qualitativo busca compreender o processo, ou seja, como o objeto de estudo se manifesta, o que significa, no caso desta pesquisa, procurar compreender a forma de atuação deste grupo de fonoaudiólogas ao longo do tempo e no contexto específico da Educação de São Bernardo do Campo.

4.2 Procedimento de Coleta de Dados

Optou-se pela realização do grupo focal para a coleta de dados, considerando-se que as percepções, atitudes, opiniões e representações são socialmente construídas e que as sessões grupais constituem-se como um fórum que propicia a expressão dessas representações e significados associados ao fenômeno estudado (COTRIM, 1996; WESTPHAL *et al.*, 1996; IERVOLINO e PELICIONI, 2001; GONDIM, 2002; NETO *et al.*, 2002; KIND, 2004; RESSEL *et al.*, 2008). O processo de interação entre os sujeitos provoca a busca pelo esclarecimento de seus pensamentos e, assim sua reelaboração. A partir das discussões com diferentes grupos, obtém-se diferentes pontos de vista sobre um determinado fenômeno, como também é possível identificar tendências e padrões sobre o objeto de estudo (COTRIM, 1996; RESSEL *et al.*, 2008).

O grupo focal pressupõe a presença de um moderador, um observador e um relator. Nesta pesquisa, o moderador foi a própria pesquisadora. Sua função é propiciar que diferentes pontos de vista possam emergir, favorecendo a discussão e integração dos participantes, aprofundando conteúdos importantes e encaminhando a discussão para o próximo tópico (COTRIM, 1996; TURATO, 2005).

Ressalta-se que nas pesquisas de caráter qualitativo o pesquisador caracteriza-se como o principal instrumento da coleta e registro dos dados, pois é a partir de suas percepções e inferências que o fenômeno estudado pode ser captado baseando-se em seus conhecimentos e experiências prévias para compreender, interpretar e eventualmente resignificar o fenômeno (TURATO, 2003).

A perspectiva do pesquisador nesta abordagem é de implicação crítica no processo de investigação, uma vez que a interpretação do fenômeno estudado sempre é contextualizada individual, social, cultural e historicamente (GONDIM, 2002).

O observador, em um grupo focal, tem sua atenção voltada para a condução do moderador, bem como para a participação e integração dos sujeitos do grupo, enquanto que o relator está atento às falas, procurando associá-las aos motivos dos sujeitos, registrando, sobretudo, a linguagem não verbal dos participantes do grupo. Neste estudo, o observador e o relator foram duas psicólogas integrantes da equipe de orientação técnica.

Esta pesquisa segue os aspectos éticos da Resolução196/96 do CONEP, sendo aprovada pelo CEP da FCM/UNICAMP sob número 537/2010. Todos os sujeitos da pesquisa receberam explicações sobre os objetivos, o método e propósitos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, após anuência.

Os grupos focais foram realizados no segundo semestre de 2010 e seguiram um roteiro de discussão, tendo-se em vista os objetivos da pesquisa. As fonoaudiólogas da equipe de orientação técnica da Secretaria de Educação do Município de São Bernardo do Campo são 15, dentre elas, a própria pesquisadora, a qual por essa razão foi excluída da pesquisa. Uma das fonoaudiólogas não participou dos grupos focais, devido à problemas pessoais no momento da coleta de dados, totalizando, portanto 13 sujeitos.

Seguem as questões que nortearam os grupos focais:

 Vocês poderiam falar sobre a formação e capacitação para a atuação como fonoaudiólogo no contexto educacional.

Esperava-se que os sujeitos abordassem:

- Conteúdos adquiridos na graduação
- Concepções subjacentes ao trabalho
- Capacitação durante a formação universitária (cursos extras curriculares)
- Capacitação após a formação
- 2) Comentem sobre suas experiências anteriores como fonoaudiólogas educacionais.
 Esperava-se que os sujeitos abordassem:
- Conhecimentos e práticas anteriores
- 3) Vocês poderiam falar sobre a sua prática na Equipe de Orientação Técnica.

Esperava-se que os sujeitos abordassem:

- Ações desenvolvidas
- 4) Comentem sobre as facilidades, demandas e dificuldades encontradas na sua prática.

Esperava-se que os sujeitos abordassem:

- Facilidades e dificuldades encontradas pelo profissional
- Demandas solicitadas pelas unidades escolares atendidas
- Demandas observadas pelo próprio profissional

5) Comentem sobre os princípios que norteiam seu trabalho

Esperava-se que os sujeitos abordassem:

- Embasamento teórico para o exercício da Fonoaudiologia Educacional.
- Concepções subjacentes
- 6) Comentem sobre as demandas, subsídios e orientações proporcionados pela Secretaria para desenvolvimento do seu trabalho

Esperava-se que os sujeitos abordassem:

- Demandas solicitadas pela instituição
- 7) Comentem sobre as suas expectativas e metas no trabalho como fonoaudiólogo educacional.

Esperava-se que os sujeitos abordassem:

Comentários sobre novas expectativas

Foram realizados três grupos focais: o primeiro composto por 4 fonoaudiólogas da educação especial, identificadas como E1, E2, E3 e E4; o segundo, com 4 fonoaudiólogas da educação infantil, identificadas como I1, I2, I3 e I4 e o terceiro, com 5 fonoaudiólogas do ensino fundamental identificadas como F1, F2, F3, F4 e F5.

A distribuição dos sujeitos nestes 3 grupos teve como parâmetro sua área de atuação em 2009, uma vez que, a partir de 2010 a Secretaria de Educação realizou uma reforma administrativa reestruturando as seções, realocando esses profissionais.

Os grupos focais foram gravados em vídeo e transcritos ortograficamente para posterior análise. Os sujeitos preencheram também uma ficha com informação sobre o tempo de formação, tempo de trabalho na equipe de orientação técnica e experiência na Educação, com a finalidade de caracterizar os sujeitos.

O *corpus* desta pesquisa constituiu-se, portanto, do material coletado nos grupos focais e dos dados das fichas de identificação.

4.3 Forma de Análise dos Dados

Na abordagem qualitativa procura-se "criar um modelo de entendimento profundo de ligações entre elementos" e, no momento da análise dos dados, o pesquisador deverá realizar uma interpretação a partir da perspectiva dos entrevistados, buscando trazer conhecimentos originais (TURATO, 2005). Isto vem ao encontro da natureza deste trabalho que pretendeu, ao resgatar o percurso da Fonoaudiologia Educacional em São Bernardo do Campo (SP), verificar a emergência de novos conhecimentos para a atuação da Fonoaudiologia, bem como analisar os conhecimentos produzidos na área.

A análise dos dados foi feita a partir da transcrição do material gravado, dos registros do observador e do relator. Foi feita a pré-análise dos dados a partir de várias leituras do material, em que o pesquisador buscou conhecer o texto e ter clareza dos dados. Portanto, o processo ocorrido nos encontros foi analisado após leitura exaustiva e intensa dos dados.

Esta análise, além de trabalhar com os conteúdos explicitados pelas falas dos sujeitos, procurou também desvelar mensagens implícitas, pontos contraditórios e conteúdos silenciados (TURATO, 2003).

Neste processo foi utilizada a análise temática, que consiste, em evidenciar núcleos de sentido de uma comunicação que, pela riqueza do conteúdo ou pela frequência com que aparecem, sejam relevantes para o estudo do fenômeno (MINAYO, 1999).

Desta forma, foram estabelecidas categorias de análise, a partir dos critérios de repetição e relevância ocorridos no discurso dos sujeitos. O critério de repetição consiste

em evidenciar as colocações reincidentes, e o de relevância em colocar em destaque uma fala rica em conteúdo que pode desvelar um novo conhecimento e/ou confirmar ou refutar hipóteses iniciais da investigação (TURATO, 2003).

As categorias de análise estabelecidas para esta pesquisa foram a) formação e capacitação para atuação no contexto educacional; b) ações e abrangência da Fonoaudiologia Educacional em São Bernardo do Campo, dividida nas subcategorias educação especial e ensino comum; c) dificuldades e facilidades na prática da Fonoaudiologia Educacional e d) embasamento teórico que norteia a prática da Fonoaudiologia Educacional. (Vide Figura 2)

Categorias de Análise

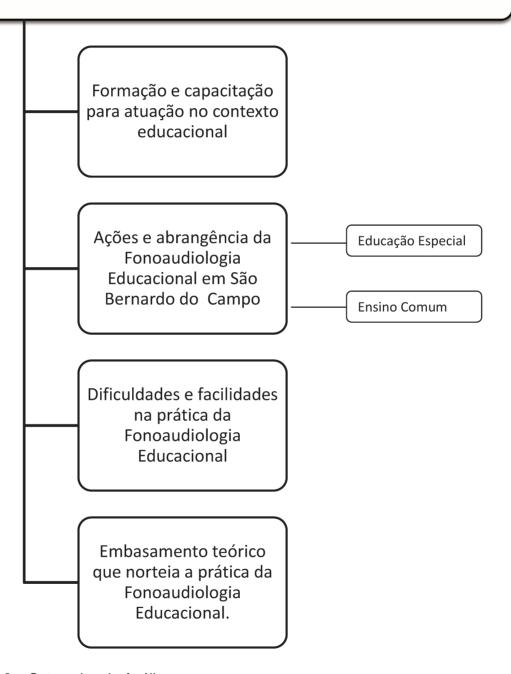


Figura 2 - Categorias de Análise

V. RESULTADOS

5.1 Da caracterização dos sujeitos

Este estudo foi realizado com 13 fonoaudiólogas que pertencem ao quadro atual da Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo (SESBC), contratadas em 3 momentos: nas décadas de 1980, 1990 e 2000. O tempo de formação e experiência anterior como fonoaudióloga educacional é apresentado no quadro 3.

Quadro 3 - Tempo de formação e de experiência anterior dos sujeitos em Fonoaudiologia Educacional.

Tempo (anos) Sujeito	Formação	Experiência anterior em Fonoaudiologia Educacional	
E1	31	0	
E2	31	0	
E3	19	2	
E4	21	0	
l1	15	5	
12	19	0	
13	15	5	
14	29	4	
F1	13	2	
F2	27	3	
F3	22	8	
F4	18	1	
F5	26	16	

- Legenda (E) Fonoaudiólogas da Educação Especial
 - (I) Fonoaudiólogas da Educação Infantil
 - (F) Fonoaudiólogas do Ensino Fundamental

Observa-se que no grupo de fonoaudiólogas da educação especial (E), o tempo médio de formada foi de 25,5 anos variando de 19 a 31 anos. Somente um sujeito teve experiência de 2 anos em Fonoaudiologia Educacional anteriormente ao ingresso na SESBC.

No grupo da educação infantil (I), observa-se que o tempo médio de formada foi de 19,5 anos variando de 15 a 29 anos. Somente um sujeito não teve experiência

anterior em Fonoaudiologia Educacional. A experiência anterior dos outros sujeitos, foi em média, de 3,5 anos.

No grupo realizado com as **profissionais do ensino fundamental (F),** observa-se que o tempo médio de formada foi de 21,2 anos variando de 13 a 27 anos. Todas tiveram experiência anterior como fonoaudiólogas educacionais com tempo médio de 6 anos.

O tempo de trabalho dos sujeitos, na equipe de orientação técnica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino é apresentado a seguir no quadro 4.

Quadro 4 - Tempo de trabalho dos sujeitos, na equipe de orientação técnica da SESBC, nos diferentes níveis e modalidades de ensino

Tempo-anos Sujeito	Educação Especial	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Total
E1	28	0	0	28
E2	16	0	0	16
E3	16	0	0	16
E 4	16	0	0	16
l1	0	10	0	10
12	12	6	0	18
13	0	8	0	8
14	13	3	0	16
F1	0	4	4	8
F2	0	0	10	10
F3	4	0	6	10
F4	0	6	10	16
F5	4	0	6	10

- Legenda (E) Fonoaudiólogas da Educação Especial
 - (I) Fonoaudiólogas da Educação Infantil
 - (F) Fonoaudiólogas do Ensino Fundamental

Observa-se que no grupo de fonoaudiólogas da educação especial (E), o tempo médio de trabalho na SESBC foi de 19 anos. Todas as profissionais tiveram sua experiência na SESBC, somente nesta modalidade de ensino.

No grupo da **educação infantil (I)**, o tempo médio de atuação na equipe de orientação técnica da SESBC foi de 13 anos. Dois sujeitos tiveram atuação também na Educação Especial de São Bernardo do Campo anteriormente à educação infantil.

No grupo das **profissionais do ensino fundamental (F),** o tempo médio de atuação na equipe de orientação técnica da SESBC foi de 10,8 anos. Dois sujeitos atuaram também na educação especial e na educação infantil de São Bernardo do Campo anteriormente ao ensino fundamental.

5.2 Da inserção da Fonoaudiologia Educacional em São Bernardo do Campo

5.2.1 Formação e capacitação para atuação no contexto educacional

Todos os sujeitos apontaram que a sua formação na graduação propiciou estágio em escolas em que os alunos poderiam aplicar os conhecimentos obtidos nas áreas de didática, distúrbios de leitura e escrita, alfabetização, aquisição de linguagem escrita, voz e audição. O foco principal de atuação proposto nesses estágios era a triagem para detecção e encaminhamento precoce de alterações de voz, fala, linguagem e audição dos alunos, focando o indivíduo e sua patologia, como ilustra o depoimento abaixo:

Na minha faculdade, a gente tinha uma linha muito... de atenção primária da saúde dentro da escola. Então era ir para as escolas para fazer triagem, para fazer acompanhamento de desenvolvimento do aluno. Tinha em alguns momentos contato com os educadores, mas sempre nesta proposta... eu tenho algo a ensinar a vocês, sobre desenvolvimento, sobre Fonoaudiologia. Então a gente ia sempre nesta relação, mais por causa desta questão ... do indivíduo... da criança (Sujeito F1).

Como demonstra o trecho abaixo, dois sujeitos criticaram sua formação por não ter propiciado uma abordagem ampliada das questões sociais envolvidas no processo de saúde-doença nem sobre as políticas públicas em Saúde.

A grande dificuldade é a formação na faculdade. Porque a formação na faculdade, ela não te alerta, ela não te orienta, para um trabalho diferenciado da clínica [...] a nossa formação.. de graduação, ficou com muito foco na área de Saúde e com pouco foco na área de prevenção, na área social, enfim... a exemplo das demais carreiras da área de Saúde. Então foca no indivíduo, é uma Saúde voltada para doença, para a "cura", não para a "não doença" (Sujeito F5).

De um lado, a maioria dos sujeitos aponta que a Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo (SESBC) fez muitas ofertas de formação e que isto é um fator positivo para atuação como fonoaudiólogo educacional. Por outro lado, um dos sujeitos contrapõe esta afirmação, como exemplificam as transcrições abaixo:

[...] agora nesta rede, eu sempre senti ... uma fartura de assessorias [...] então a possibilidade de estudar nesta rede para mim, fez muita diferença (Sujeito F5).

[...]... acho que essa falta de formação para gente acompanhar essas temáticas, [...] desde que eu estou aqui, já vai fazer nove anos, não tem formação (Sujeito F1).

Os sujeitos da educação especial apontam que a capacitação oferecida para eles, pela SESBC, focava assuntos específicos de sua área de atuação, deficiência mental, deficiências múltiplas. Na escola para surdos, comunicação total, método Perdonsini, Libras, Português como segunda língua, Transtorno Global do Desenvolvimento, Surdo-

Cegueira. Porém referem que tiveram pouco acesso às propostas de capacitação para o ensino comum. O depoimento abaixo exemplifica este aspecto:

[...] a desvantagem de estarmos no especial e nas escolas, é que a formação geral, a nível de Educação, mais ampla ... nós não participávamos ... Então, nós ficávamos com o específico, que acho que hoje contribui também. [...] nós sentimos [...] falta desse maior também. Eu acho que essa falta de formação, ficou muito fechada ... o especial teve uma formação e o regular teve outra ... quando isso poderia ter sido aberto para os dois (Sujeito E2).

Os sujeitos do ensino comum receberam capacitações da SESBC acerca de diversos conteúdos da área da Educação, entre eles, Língua Portuguesa, que, a princípio não eram oferecidos para as fonoaudiólogas. Porém, as profissionais insistiram na sua participação por considerar que a ampliação de conhecimento era importante para sua atuação nas escolas, como exemplifica o seguinte trecho:

Então I3, era assim: Você pode ou não ir ... fonoaudióloga, psicóloga podiam não ir, mas a gente ia! A gente quer uma vaga! ... Então eu acho que a gente foi arrombando fronteiras (Sujeito I1).

Dois sujeitos do ensino comum destacam a participação em cursos de pósgraduação (Lato Senso) em Medicina Preventiva e Saúde Mental como fator importante em sua formação, por terem tido contato com outros conteúdos que possibilitaram a ampliação de sua concepção de sujeito, sociedade e processos de saúde-doença. Segue fala do sujeito F3:

Para mim, o que fez diferença [...] foi trabalhar em Saúde mental [...] o governo do estado ofereceu uma super formação [...] eu comecei a olhar melhor que a minha ação podia ir muito além de uma criança, de desenvolvimento...ainda que trabalhando em Saúde mental eu fui atuando e estudando mais uma outra possibilidade de ação (Sujeito F3).

Três sujeitos do ensino comum haviam cursado Magistério, antes do curso de Fonoaudiologia. Apontam isto como fator pelo interesse na Educação, bem como para um olhar diferenciado para as questões escolares. Além disso, como ilustra o trecho abaixo, referem que despertou reflexões acerca do trabalho desenvolvido:

Como ... nós duas somos professoras, a gente pensava assim ... o que é esta orientação que a gente dá para o professor que está lá na sala? (Sujeito I1).

Todos os sujeitos do ensino comum apontam que sua atuação no contexto escolar foi construída a partir das experiências e não por capacitação específica.

Todos os sujeitos referiram ter participado, juntos, de formação específica em disfagia e comunicação suplementar e/ou alternativa.

5.2.2 Ações e abrangência da Fonoaudiologia Educacional em São Bernardo do Campo

Nesta categoria optou-se pela divisão nas subcategorias: educação especial e ensino comum, uma vez que durante a análise dos dados percebeu-se a ocorrência de características próprias de cada modalidade de ensino.

5.2.2.1 Educação Especial

Todos os sujeitos deste grupo apontaram que sua experiência na educação especial ocorreu dentro das unidades escolares com foco no aluno, professor e família. O trabalho realizado com alunos tinha como objetivo subsidiar o trabalho pedagógico da sala de aula. Em muitos momentos era realizado de forma coletiva em sala de aula e, em outros, e de acordo com a necessidade, eram feitos de forma individual. Inicialmente o conteúdo de trabalho com os alunos eram atividades em grupo de linguagem, coral, grupo de música, oficinas de leitura e escrita, estimulação auditiva e produção fono-articulatória (para alunos surdos), como demonstra a fala do sujeito E3:

A gente fazia bastante coisa interessante ... tinha o coral com os adolescentes e adultos, grupo de música com os menores [...] grupos de oficina de linguagem, oficina de texto [...] grupo de pais [...] (Sujeito E3).

[...] as crianças que não tinham condições de fazer isso ali, naquele momento, então a gente fazia isso no atendimento [...] não era um atendimento clínico, era um atendimento que dava um apoio para a sala de aula (Sujeito E1).

Junto às famílias, os sujeitos referiram que tinham como objetivos: orientar acerca de questões específicas, realizar encaminhamentos quando necessário e organizar grupos de pais para discussão de conteúdos específicos e da inserção social dos alunos.

Formação com professor, formação com pais [...] (Sujeito E2).

Em parceria com as psicólogas, grupo de pais (Sujeito E3).

Os sujeitos que atuavam na escola para surdos indicam que não houve mudança no que se refere a sua forma de trabalho, mas em relação à concepção de surdez, passando pelo oralismo, comunicação total e atualmente Libras, o que trouxe reflexões e levou a novos conhecimentos, como se observa no depoimento a seguir:

E para mim sempre foi muito, muito, muito importante esse atendimento, no sentido de que ... não existiam muitas coisas teóricas prontas ... Como o surdo aprende? Como alfabetiza? Em que metodologia? Em que visão? (Sujeito E1).

Os sujeitos ligados à escola especial para deficientes intelectuais apontam que sua atuação se modificou de acordo com a mudança do perfil da população atendida. Inicialmente eram alunos com dificuldades de aprendizagem e depois passam a ser

alunos com comprometimentos motores e intelectuais severos. O depoimento do sujeito E3 mostra esse processo:

Teve uma mudança de atuação com a entrada da nova clientela, dos alunos mais comprometidos... então, o trabalho teve que ser mudado (Sujeito E3).

Os sujeitos da área de deficiência mental apontaram que tinham uma atuação também em nível intersetorial, pois eram responsáveis, em dupla multidisciplinar, pelo processo de investigação de acesso que determinava se o aluno iria para o ensino comum ou para educação especial e para concessão de bolsas em escolas especiais particulares.

A fala do sujeito E1, que se segue, indica que os sujeitos da educação especial tinham poucos momentos de discussão com as demais fonoaudiólogas da rede, exceto nos momentos de capacitação, em que as profissionais da educação especial se encontravam.

[...] a gente se via em alguns poucos encontros de formação (Sujeito E1).

5.2.2.2 Ensino Comum

A maioria dos sujeitos deste grupo afirma que quando o fonoaudiólogo passa a ter como objetivo uma escola de qualidade e não a detecção de patologias no ambiente escolar, consegue mudar sua atuação buscando modificar o contexto para que este aluno

possa aprender. Este profissional não deixa de fazer uma avaliação diagnóstica, mas inclui a análise do contexto, como demonstra o trecho do discurso do sujeito F3:

Uma vez que ele quer construir uma escola de qualidade, transformar o sistema educacional, ele vai aprimorando este fazer ... Não que ele não olhe mais o aluno, ele consegue levantar hipóteses diagnósticas ... mas o que ele faz com esse dado é muito diferente. Então é ... ajudar o professor a ter mais observáveis, ajudar a escola a olhar para si criticamente. Então tem ... no meu ponto de vista, uma revolução grande no fazer (Sujeito F3).

Além disso, apontam a importância dessa visão ampliada na atuação:

Por mais lindo que seja seu sonho de um trabalho fonoaudiológico, de um trabalho em relação ao desenvolvimento de linguagem das crianças ... você tem que olhar o macro e o micro ali na ponta, senão ... não rola, senão você ensandece a equipe gestora (Sujeito I3).

Apontam que sua atuação tem caráter formativo e de elaboração de projetos para a rede a partir de objetivos elencados junto à própria equipe de orientação técnica e chefias e um caráter de acompanhamento às escolas.

Uma ação mais institucionalmente formativa e uma ação de acompanhamento à escola (Sujeito F4).

Um dos sujeitos contrapõe a ideia de uma atuação mais ampliada ao questionar se o fonoaudiólogo não deveria focar sua atuação na linguagem.

Mas então qual é o papel da Fonoaudiologia dentro da escola, desse objeto de trabalho, que é a linguagem? [...] Porque senão tudo é de todo mundo e na verdade é assim ... O que a gente pode? Qual é a nossa diferença, de fato? Qual a diferença da Fonoaudiologia dentro da escola? Qual é o nosso papel? Eu acho que a gente tem uma marca (Sujeito I2).

Os sujeitos atuantes no ensino comum apontam que o trabalho nesta secretaria propiciou acesso às escolas, à sala de aula e aos professores, bem como capacitação acerca da Educação e que isto se constitui em fator que favorece a ampliação e mudança na atuação como fonoaudiólogas educacionais, como demonstra a fala do sujeito I3:

Quando eu começo a entrar na sala de aula, começa uma imensa quantidade de discussões sobre o desenvolvimento infantil, sobre o lugar que a criança ocupa, sobre a questão da proposta, intencionalidade ... aí meu olhar se desfoca da criança e passa a englobar este todo. Mas a minha mudança só se dá aqui ... foi equipe multidisciplinar, o olhar na sala de aula e o lugar que a criança ocupa (Sujeito I3).

Embora, não tenha sido abordado por todos os sujeitos, apareceu na fala de um dos sujeitos, o posicionamento contrário à presença de uma fonoaudióloga em cada escola.

Senão a gente tem que ter uma fonoaudióloga por escola, uma psicóloga ... Não tem! Não defendo isso! (Sujeito I1).

Um dos sujeitos refere que pode pensar em outra forma de atuação, que não fosse somente observar para encaminhar, quando analisou a instituição escolar e suas demandas para então, contribuir para o trabalho com a criança com alguma alteração.

Dava prioridade ... para a conversa com a equipe gestora e com a professora. Então, entender a dinâmica da escola, quem era esse profissional, o que ele queria, qual era a expectativa dele com a gente, o que ele pensava da criança, o que era aquele aluno para aquela escola, então analisava um monte de coisa ... uma das coisas que a gente fazia era a observação, quando necessário, e a partir daí a gente discutia com a equipe gestora o que a gente faria junto ... traçava um plano de acompanhamento com a equipe gestora (Sujeito I1).

Quatro sujeitos referiram que em experiências anteriores, como fonoaudiólogas clínicas, sentiam pouca efetividade de suas orientações às escolas pois percebiam que, para que houvesse melhoria na qualidade do processo de ensino-aprendizagem dessas crianças, havia necessidade de mudanças na estrutura e currículo da escola, porém não

eram autorizadas a indicar tais mudanças por não serem profissionais da escola, como exemplificam os depoimentos dos sujeitos F3 e I1:

Porque até então as minhas ações eram, estando na clínica para a escola ou estando na Saúde Pública, UBS (Unidade Básica de Saúde) ... muita coisa eu não tinha legitimidade quando ia pro sistema educacional (Sujeito F3).

[...] Você até tinha um paciente, até tinha entrado na escola, mas muitas coisas não mudavam, porque não mudava a escola. Então você até orientava, mas chegava ali, a criança tinha ainda todo um preconceito por trás, você fazia intervenção ao professor, ela não fazia o que você tinha orientado. A gente ia à escola, conversava muito com a professora, conversava muito com a diretora, conversava muito com a coordenadora, mas o negócio não acontecia (Sujeito I1).

Os sujeitos apontam diferenças legais e pedagógicas entre educação especial e ensino comum. como demonstra o trecho que se seque:

Não é uma escola enquanto escola formal ... não tinha uma sequência de série, ele podia ficar muito tempo na mesma série, podia ir e voltar, não tinha um fluxo regular, organizado, era quase que uma coisa, entre aspas, eterna [...]. Outra questão que chamava muita atenção, era a inexistência de um currículo. Havia um esboço de conteúdos que eram trabalhados [...]. O especial ficava num lugar meio que café com leite, dentro da instituição. Então era comum, por exemplo, não tem

água, não tem aula. No fundamental não! Isso para mim foi muito marcante! Quando não tem água, tem que ter aula! (Sujeito F5).

Depreende-se a partir do depoimento acima, que as diferenças legais e pedagógicas entre as duas modalidades de ensino refletem em diferenças na perspectiva da atuação do fonoaudiólogo educacional uma vez que no ensino comum, ele se torna responsável, junto com a equipe escolar, pela viabilização do acesso, permanência e aprendizagem.

Um sujeito aponta que a partir do seu trabalho inicial com triagens, pode perceber que muitas questões ditas "patológicas" estavam na verdade relacionadas à forma como o processo de ensino-aprendizagem era proposto. Esta percepção provocou mudanças na atuação, passando a focar mais em aspectos institucionais e formativos.

Eu comecei fazendo triagem de aluno ... depois eu comecei a observar que aqueles alunos tinham questões em função do que era proposto para eles do ponto de vista pedagógico [...] já era possível olhar para a instituição pelo o que era falho, para atender a demanda daquele aluno [...]. Quando a gente percebeu que a questão não eram os alunos, todo o trabalho foi reformulado, deixei de fazer triagem e já passei a fazer um trabalho formativo com as professoras (Sujeito F4).

Este mesmo sujeito relata que à medida que a SESBC foi solicitando tarefas interdisciplinares e transdisciplinares como participar da elaboração do currículo da educação infantil, realizar acompanhamento das unidades escolares e formação dos educadores e gestores, as ações dos fonoaudiólogos foram se modificando e a triagem foi sendo substituída. Indica que esta possibilidade de trabalho interdisciplinar propiciou que fizesse relações entre conteúdos específicos da Fonoaudiologia e da Pedagogia, resultando num olhar mais efetivo acerca das contribuições da Fonoaudiologia no contexto escolar.

Então eu passo a assumir duas escolas integralmente, responder por elas. Eu faço os HTPCs [Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo], faço tudo das escolas, independente da Língua Portuguesa, mas de todas as áreas [...]. Todos tinham a mesma tarefa em comum, que era a de discutir a rotina da educação infantil. A gente tematizava roda de conversa, brincadeira diversificada,... parque, alimentação [...] independente da pessoa que tava falando. Foi quando eu comecei a juntar o que a Fonoaudiologia podia contribuir e fazer as junções [...]. A gente também ... foi fazendo a triagem, mas isso também foi diminuindo, a gente foi substituindo e mesclando as nossas ações (Sujeito F4).

Os sujeitos apontam como o processo histórico de inclusão vivido na rede de ensino de São Bernardo do Campo, foi foco de atuação dos fonoaudiólogos e de forma recíproca, fator de modificação desta mesma atuação. Essas mudanças propiciaram uma ampliação e diversificação do trabalho do fonoaudiólogo educacional, nesse município, desde o acompanhamento do trabalho pedagógico específico para o aluno com

deficiência até análise das políticas públicas para Educação, como demonstram os depoimentos dos sujeitos:

Porque eu acho que o nosso caminhar foi junto com o processo histórico também, da própria inclusão fico pensando que esse processo de integração, inclusão, esse processo histórico também veio contribuir, para o caminhar da Fonoaudiologia escolar e para gente se abrir e ocupar outro espaço e arrombar estas fronteiras (Sujeito I2).

Especificamente à possibilidade de comunição em classes com crianças comprometidas ... penso porque era uma equipe multidisciplinar que pensava em Educação, e nessa equipe tinham fonoaudiólogos, é que foi possível que essas classes fossem se modificando, até não existirem mais (Sujeito F3).

Os sujeitos apontam que o trabalho realizado junto às escolas, com foco na inclusão de crianças com deficiência, acaba por revelar questões pedagógicas básicas e anteriores às discussões sobre linguagem. Questões estas que não podem ser ignoradas pelo fonoaudiólogo e muitas vezes são discutidas por ele mesmo, como demonstra a fala do sujeito I3:

Você percebe que a criança está completamente à parte ... que o professor não está dando conta de incluí-la em determinada área, em determinado contexto. Você vai pedir o que? Pedir pro outro sujeito discutir, se você está ali, naquele

momento, se foi você quem levantou uma determinada observável, então fica muito complicado (Sujeito I3).

5.2.3 Dificuldades e facilidades na prática da Fonoaudiologia Educacional

Um dos sujeitos da educação especial aponta que a equipe escolar solicitava que os fonoaudiólogos realizassem terapia para os alunos com maiores comprometimentos, uma vez que este atendimento não era conseguido no sistema de Saúde, como ilustra o depoimento a seguir:

Conforme a clientela foi ficando mais comprometida ... eles foram dizendo: vocês tem que atender, tem que fazer terapia, porque a Saúde não atende (Sujeito E4).

Os sujeitos afirmam que ainda é preciso lidar no cotidiano escolar com a solicitação por triagem, encaminhamento, indicando que esta concepção está muito arraigada.

Hoje eu vejo que a gente ainda está ... brigando contra alguns mitos ... mitos de que a gente tem que fazer triagem mesmo, mito que a gente tem o papel de Saúde na Educação (Sujeito F4).

Os sujeitos comentam que as demandas de trabalho no ensino comum são complexas, interdisciplinares e exigem que o fonoaudiólogo domine vários conteúdos da sua área bem como de outras áreas:

Porque a gente tem que estudar muito, tem que saber muito, sobre muito autor [...]. Porque assim ... é muito cansativo. Hoje eu tenho creche [...] então vamos estudar sobre creche. Então você vai estudar PPP [Projeto Político Pedagógico], porque você não consegue mudar nada, porque tem que mudar a estrutura da escola. Você vai estudar a questão do surdo, aí tem vários autores que falam sobre cultura, você tem que estudar sobre linguística, porque fala sobre surdo. Daí eu estou no AEE [atendimento educacional especializado], tem que estudar sobre o AEE. Estou fazendo HTPC [Hora Trabalho Pedagógico Coletivo] dos professores do AEE ... tenho que estudar sobre planos de formação de professor para AEE ... como fazer formação para adulto (Sujeito I1).

Os sujeitos atuantes no ensino comum referem que o grupo de fonoaudiólogas da SESBC construiu adaptações e transposições para o contexto escolar de conteúdos específicos da área da Fonoaudiologia, e citam como exemplo disfagia e comunicação suplementar e alternativa, pois, não existiam, na literatura, propostas nesse sentido para a Fonoaudiologia Educacional, como indica o depoimento do sujeito F1:

Isso não estava previsto nos livros, não está previsto na literatura [...] a gente vai construindo o jeito de ser fonoaudiólogo educacional, com esta temática nesta formação (Sujeito F1).

Todos os sujeitos abordam o trabalho em equipe multidisciplinar e a apropriação de conteúdos de outras áreas de conhecimento como fator de ampliação de seus conhecimentos teóricos e favorecedor para a atuação no contexto educacional, como se pode depreender do discurso do sujeito:

Quando a gente tem um trabalho com a equipe multi, você consegue mexer mais, porque você tem o orientador [pedagógico] junto com você. Então ele vai te dizer: "não ... isso que você está dizendo faz sentido, aquilo faz sentido"; a mesma coisa com o psicólogo. Então, o que eu senti, que os trabalhos que eu consegui trabalhar em equipe multi, eu tive mais resultado na escola, do que com aqueles que eu não estava (Sujeito I1).

Todos os sujeitos referem que as demandas de trabalho feitas pela SESBC, ao longo dos anos, exigiu dos profissionais, diferentes formas de atuação, exigindo ora tarefas específicas, ora transdisciplinares, como exemplifica o depoimento que se segue:

E então ... vivendo a curvatura de vara ... do totalmente específico, para o totalmente transdisciplinar e tentando buscar o meio termo (Sujeito F4).

A maioria dos sujeitos aponta que é difícil separar rigorosamente os conteúdos de trabalho na atuação dentro do contexto escolar, e que esta separação pode burocratizar o atendimento à escola.

Porque, imagina... vai discutir X, Y com você e esse outro ele vai discutir com aquele outro profissional. Então você vai gerando demandas e até por isso da importância da gente ir participando e entendendo mais sobre as áreas de conhecimento (Sujeito I3).

Dois sujeitos atuantes no ensino comum indicam que a apropriação de outras áreas de conhecimento propicia melhor atendimento às demandas do contexto educacional.

Quanto mais a gente conseguia romper, eu pelo menos sinto que a equipe gestora ficava mais satisfeita. Por conta do que? Por conta de você não ir gerando, para própria equipe gestora, trabalhos acumulados (Sujeito I3).

Um dos sujeitos da educação especial e dois do ensino comum descrevem sua preocupação em relação a atuação transdisciplinar do fonoaudiólogo no contexto escolar.

Mas, eu acho que, às vezes, a gente corre muitos riscos, quando a gente fica nessa linha tênue, quando a gente trabalha com todas as áreas, a gente às vezes perde o nosso objeto de trabalho, que é a linguagem (Sujeito I2).

Dois sujeitos fazem referência de que quando as fonoaudiólogas realizaram estudos e projetos juntas (especial e comum) houve ganhos no trabalho da Fonoaudiologia Educacional de São Bernardo do Campo, que em algumas perspectivas

não tinha orientação específica da instituição. Esses encontros propiciaram reflexão sobre a prática dos profissionais que resultaram em alguns indicadores comuns para o trabalho.

Quando eles fizeram a reunião de especialidade, eles juntaram a gente [...] acho que a gente começou a ter unicidade de pensar [...] a gente foi se unindo e criando força. (Sujeito F4).

O nosso trabalho ligado às comissões sempre foi muito bem coordenado e supervisionado. O trabalho em escola não! Eu fazia uma coisa, a F4 fazia outra [...] as fonoaudiólogas em si, a gente não tinha tanta discussão de como era o trabalho de fonoaudióloga escolar (Sujeito F2).

5.2.4 Embasamento teórico que norteia a prática da Fonoaudiologia Educacional

Para um dos sujeitos, o fonoaudiólogo educacional é o profissional que necessita conhecer acerca de Educação e da Fonoaudiologia, tanto desenvolvimento quanto patologias, pois irá se deparar com todas estas questões dentro da escola. Além disso, precisa considerar a linguagem como princípio que perpassa todo este contexto e, principalmente, o processo de ensino-aprendizagem, como demonstra a fala do sujeito que se segue:

A gente tem que ser um bom generalista. Generalista no sentido de entender muito de Educação e [...] entender de desenvolvimento, de patologia também,

porque a gente lida com tudo isso dentro da escola. A gente tem que dar conta, desde pensar na comunicação e linguagem enquanto um princípio, uma ferramenta de trabalho em função da escola, quanto pensar naquele menino que só tem a possibilidade de mexer o olho e como eu faço para gerar a comunicação daquele sujeito. Então essa complexidade e alternância de graus [...] é um grande desafio (Sujeito F4).

A atuação na escola implica refletir, junto com o professor, acerca do seu papel na aquisição da linguagem pela criança e, portanto, é necessário, em primeiro lugar, conhecer o que este professor sabe e pensa sobre linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Isso exige do fonoaudiólogo mediar as reflexões teóricas trazendo-as para a prática pedagógica deste professor, como ilustra a fala de um dos sujeitos:

É difícil esse nosso papel! É muito difícil, porque você tem que discutir sobre o papel desse professor que é extremamente importante para construção de linguagem para essa criança [...] onde está colocando essa criança como sujeito, de como está vendo esta construção de linguagem dessa criança e de todas as crianças, coletivamente ou individualmente. Então acho que é muito complicado trazer esta parte teórica para prática, é muito difícil (Sujeito I2).

Os sujeitos indicam que um dos objetivos de sua atuação junto a escola é propiciar que a mesma vá se apropriando das orientações, conhecimentos, e assim, ganhe autonomia no trabalho com a criança, independentemente do fonoaudiólogo.

Eu acho que o meu papel é ajudar a escola a pensar sobre a criança, sobre os alunos ... levantar questões, pensar junto, pedir para que observem, ampliar observáveis desta equipe ... eu acho que eles não podem ficar dependentes de ter uma fonoaudióloga ... Se a fonoaudióloga não está, não sei o que fazer! Vamos pensar juntos? O que vocês já estudaram sobre? (Sujeito I1).

Para todos os sujeitos propiciar a escuta da equipe escolar é um fator importante para a atuação nesse contexto, para o conhecimento da realidade escolar e valorização dos seus saberes.

Todas as minhas ações estão embasadas nisso ... de colocar esse sujeito [professor] de fato, como um sujeito que pensa...esse pensamento tem a ver com a escuta ... para ele poder ocupar um lugar de um sujeito que tem conhecimento (Sujeito I3).

Um dos sujeitos do ensino comum refere o posicionamento teórico assumido por ela, que implica em contrariar, muitas vezes, as expectativas e demandas da Secretaria de Educação e das unidades escolares. Segue trecho de seu discurso:

Agora ... a Secretaria ainda tem uma visão dessa, higienista ... porque essa visão dá voto, essa visão põe profissional lá para fazer o que a Saúde não faz. Muitas vezes a gente fica tomando o lugar da Saúde, por coisas que a Saúde podia fazer e não faz. Então esse é um lugar meio ingrato de tentar não patologizar o menino (Sujeito I1).

Dois sujeitos colocam que o trabalho do fonoaudiólogo educacional, a partir de sua inserção na Saúde teria alcance mais limitado do que a inserção na Educação, uma vez que as demandas dos dois sistemas são muito complexas e diversas, diferenciando a atuação no contexto escolar.

Hoje, você tem proposta de promoção e de atenção à saúde mais evoluídas [...] mas ainda entendido que é da Saúde para Educação [...] e aí a gente fere essa entrada que é fundamental, que é da instituição por ela mesma. Então a gente entra do mesmo jeito atravessado (Sujeito F4).

A comunicação e a linguagem puderam ser colocadas (....) como conteúdo que precisa circular por todas as escolas, por todo o ano ciclo, acho que é uma contribuição importante da Fonoaudiologia e eu vejo que eu só consegui fazer isso, porque eu estava na Educação. Porque quando eu estava na Saúde Pública, eu já tinha essa leitura e essa crítica em relação ao currículo, mas a minha ação não alcançava a modificação (Sujeito F3).

Verifica-se que o trabalho é embasado por importantes e diferentes autores, que geraram reflexões importantes sobre a prática, como o papel do fonoaudiólogo e a questão da exclusão. Outro sujeito discute o papel da interação e sua relação com contexto escolar, como demonstra a fala dos sujeitos:

Sabe o que eu acho que fez diferença para mim ... foi ler a Produção do Fracasso Escolar da Maria Helena Souza Patto. Daí a gente vai ler a Berberian ...e fala: O que é que a gente tá fazendo aqui?! A gente só está excluindo! Que lugar é esse que a gente está?! Fez muita diferença, pensando no campo teórico (Sujeito I1).

Eu penso e me preocupo muito com a questão das interações de Vigotski, mas ... na visão mais da Claudia Lemos, da Francisca de Vito, [...] que discute mais essa interlocução, o papel do interlocutor. Mais focada na questão da língua mesmo ... da ação da língua, como ela funciona, está mais ligada à questão da área da linguística (Sujeito I4).

VI. DISCUSSÃO

Observa-se que a graduação dos sujeitos ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, época em que a formação do fonoaudiólogo era voltada para a detecção de doenças, diferenciação entre normal e patológico, de caráter higienista. A formação ofertada para os sujeitos tinha como foco conteúdos específicos da Fonoaudiologia que seriam "aplicados" então, nos estágios em escolas, na forma de triagem com objetivo de detectar precocemente alterações de linguagem e estava de acordo com a literatura da época como retratam alguns autores (BITAR, 1991; CAPPELLETI, 1991; GUEDES; 1991).

Nos achados desse estudo, segundo os próprios sujeitos, observa-se que a graduação não ofereceu formação acerca das questões sociais, de Saúde Pública, de Educação, fracasso escolar e patologização, nem sobre a inserção e papel do fonoaudiólogo nesse contexto. No entanto, verifica-se que a experiência em Saúde Coletiva e a formação em Magistério e em Saúde Pública de alguns sujeitos contribuiu para um olhar mais crítico para essas questões, contribuindo para seu papel na Educação e na busca de uma nova atuação junto ao espaço escolar.

Os resultados mostram que os sujeitos referem ter ampliado seu referencial teórico a partir de cursos na área da Educação e de conteúdos específicos oferecidos, principalmente pela própria Secretaria de Educação. Neste aspecto, verifica-se que o papel da SESBC foi importante para propiciar subsídios para novos conhecimentos e novas propostas de atuação da Fonoaudiologia Educacional em São Bernardo do Campo (SBC).

De acordo com os achados, a atuação no contexto educacional inclusivo coloca o fonoaudiólogo frente a uma diversidade de alterações de linguagem e patologias, sendo necessário buscar aprofundamento teórico. Porém, os conteúdos específicos necessitam de adaptação ao contexto escolar e às possibilidades de atuação fonoaudiológica nesse espaço, no sentido de não patologizá-lo ou transformá-lo em espaço clínico como exemplificado por Cariola *et al.* (2010) em trabalho voltado à inclusão de crianças disfágicas.

Os resultados indicam uma diferenciação na oferta de formação da SESBC, para as fonoaudiólogas da educação especial e para as do ensino comum. As profissionais da educação especial mantiveram seu olhar mais voltado para a linguagem e suas patologias e as fonoaudiólogas do ensino comum, tiveram a possibilidade de ampliar conhecimentos na área de Educação.

A dificuldade de acesso, apontada nos resultados, às capacitações em Língua Portuguesa ofertadas pela SESBC, área de intersecção entre Pedagogia e Fonoaudiologia, pode ser explicada por duas hipóteses: a) desconhecimento da abrangência do campo teórico da Fonoaudiologia e b) crença de que os fonoaudiólogos tenham seu foco de atuação somente na patologia, construída pela própria Fonoaudiologia no seu percurso de trabalho na Educação, questionamentos também presentes em outros estudos (LACERDA et. al., 1991; CRFa-2ª, 2010). No entanto, a insistência dos sujeitos em participar dessas capacitações contribuiu para o seu aprimoramento na atuação educacional, bem como instigou a instituição a repensar seu posicionamento acerca da abrangência da Fonoaudiologia.

A análise dos resultados demonstra que a atuação das fonoaudiólogas da SESBC assume as características de consultoria, formação e assessoria, conforme definição e

descrição encontrada no documento do Conselho Regional de Fonoaudiologia – 2ª Região (CRFa-2ª, 2010), o que confere um caráter complexo a este trabalho, principalmente quando considera-se que essa atuação deve ser realizada para todas as escolas da rede de ensino, com coerência de princípios e diretrizes.

Os resultados demonstram que a atuação das fonoaudiólogas do ensino comum possuía dois focos: como integrante da equipe de orientação técnica, lotadas na Secretaria de Educação, com a responsabilidade de analisar e propor projetos para o sistema de ensino do município, e no acompanhamento de determinado número de escolas como membro de uma equipe referência responsável pela colaboração na efetivação do projeto pedagógico, de acordo com as demandas da unidade e da análise de necessidades feita por essa equipe.

Os resultados evidenciam que a atuação no contexto da Secretaria de Educação é apontada pelas fonoaudiólogas do ensino comum como muito desafiador e um marco em suas carreiras, uma vez que não existiam modelos de atuação que pudessem nortear a sua prática. Dessa forma, ao mesmo tempo em que eram demandadas a realizar novas tarefas, se deparavam com dúvidas, inseguranças e conflitos próprios de um processo em construção, como já indicava Cavalheiro (1999).

Com relação à atuação no contexto escolar no ensino comum, os achados demonstram que, inicialmente, o modelo foi o da prevenção de distúrbios focado nas triagens e encaminhamento precoce. No entanto, a experiência dos sujeitos indica que essa proposta se mostrou pouco efetiva para atender às demandas, pois as solicitações para encaminhamento clínico aumentavam e também por perceberem que essa atuação não colaborava para a aprendizagem do aluno, e ao contrário, reforçava a patologização

do espaço escolar, aspectos discutidos por autores da área da Fonoaudiologia (ROCHA e MACEDO,1997; CALHETA, 2005) e de outras áreas (COLLARES e MOYSÉS, 1996)

Observa-se, a partir dos resultados, que a problematização acerca de como ensinar estas crianças, demandada pela equipe escolar e observada pelos sujeitos, pode ser considerada como um dos fatores que contribuiu para a mudança na atuação das fonoaudiólogas do ensino comum de São Bernardo do Campo que passaram a refletir acerca das mudanças necessárias no currículo e contexto escolar para o aprendizado da criança com alteração de linguagem. Dessa forma, o fonoaudiólogo deixa de atuar para reestabelecer o "equilíbrio" da escola a partir da homogeneidade dos alunos (Rocha e Macedo, 1997) e se torna o parceiro que ajuda a escola a trabalhar no "desequilíbrio" da heterogeneidade que é a diversidade humana.

Nesse sentido, a partir do olhar inicial para o aluno, os sujeitos contribuíram para que o sistema de Educação e a escola ampliassem seus dados de observação e análise. Indicam que a triagem foi sendo substituída pela análise das demandas, advindas das escolas, focadas principalmente no processo de ensino-aprendizagem e pelos dados obtidos a partir do acesso às salas de aula e espaço escolar, desfocando da doença como fator principal da sua atuação como fonoaudiólogo, aproximando-se das propostas indicadas por Calheta (2005) e CRFa-2ª (2010) e afastando-se do modelo relatado por alguns autores (BITAR, 1991; COIMBRA *et al.*, 1991; COLLAÇO, 1991; GUEDES, 1991; LACERDA *et al.*, 1991; LEVY, 1991; DIDIER, 2006; FONTELLES, 2007; LIPAY e ALMEIDA, 2007).

A observação do contexto escolar, evidenciada nos resultados, caracteriza-se como uma estratégia importante para o levantamento de dados, análise e propostas de atuação desses sujeitos junto ao sistema de Educação municipal. O foco dessa

observação deixa de ser o aluno e seu desvio, para recair no contexto e seus impedimentos à aprendizagem e à comunicação do aluno e seu grupo. Realiza-se, portanto, a análise crítica dos dados observados, junto com o professor e equipe escolar, contribuindo para a construção de práticas de ensino-aprendizagem e possibilidades de comunicação de todos os alunos, em consonância com Rodrigues *et. al.* (2009) e Favaretto (2010).

Os resultados evidenciam que o amplo acesso à sala de aula e ao espaço escolar, bem como a fundamentação teórica mencionada pelos sujeitos, provocou movimento de reflexão e apropriação acerca das inúmeras questões que o permeiam, como problemas estruturais e humanos, condições de trabalho do professor, questões de ensino-aprendizagem, das relações de poder estabelecidas e dos princípios e concepções que se traduzem nestas ações cotidianas, aspectos apontados por vários autores como importantes para um atuação crítica do fonoaudiólogo educacional (CAPPELLETTI, 1991; LACERDA, 1991; SCAVAZZA, 1991; CAVALHEIRO, 1999; BERBERIAN, 2007).

De acordo com Vieira (2008), a compreensão da dinâmica expressa no cotidiano escolar resulta da análise da *dimensão organizacional* - referente à rede de relações que se estabelecem no contexto diário da vida escolar, da *dimensão pedagógica* - relacionada às situações de ensino-aprendizagem que ocorrem entre professor-aluno-conhecimento e da *dimensão sócio-política/cultural*, aspectos também evidenciados na atuação das fonoaudiólogas da SESBC.

Além disso, observa-se que há uma preocupação dos sujeitos no sentido de propiciar a autonomia da escola para que a mesma construa e se aproprie do trabalho com a linguagem, considerando a diversidade caracterizada por diferenças étnicas, sociais, culturais, linguísticas e individuais como, por exemplo, os distúrbios de

comunicação. Para isso, seu posicionamento é de escuta da equipe escolar, procurando conhecer a sua realidade e valorizando seus saberes, sendo parceiro, corresponsável pelo sucesso escolar dos alunos como apontam os autores (BACHA, 2002; PENTEADO, 2002; SILVA, 2007).

Verifica-se a partir dos resultados, que a atuação das fonoaudiólogas do ensino comum ainda está voltada, prioritariamente, para o acompanhamento do trabalho pedagógico das crianças com deficiência. Esse tipo de ação é esperada pela Secretaria de Educação e também pelas próprias escolas, demonstrando a crença de que a Fonoaudiologia é responsável pelo estudo das alterações de linguagem, e não como uma área que pode contribuir efetivamente na discussão acerca do processo de aquisição da língua oral e escrita, do letramento e dos gêneros discursivos, como já problematizado por vários autores (BACHA, 2002; PENTEADO, 2002; CALHETA, 2005; CALHETA e SILVA, 2005; DIDIER, 2006; FONTELLES, 2007; GIROTO e OMOTE, 2007; BERBERIAN E CALHETA, 2009).

Em algumas unidades escolares, os sujeitos referem que a expectativa é ainda mais limitada: espera-se que o fonoaudiólogo realize somente triagem e encaminhamento para atendimento clínico, porém os sujeitos superaram tal expectativa, atuando de forma diferenciada e assumindo seu posicionamento teórico, o que coincide com Calheta (2005), e também acarreta conflitos nas relações institucionais como apontado por Cavalheiro (1999).

Esses achados evidenciam que a história da Fonoaudiologia Educacional no Brasil deixou marcas e representações no espaço escolar que têm dificultado mudanças de paradigma na atuação do fonoaudiólogo, constituindo-se em uma barreira de difícil transposição. A expectativa que a equipe escolar, em especial diretores, coordenadores e

professores têm sobre a atuação do fonoaudiólogo ainda está presa aos conceitos de higienização do espaço escolar (BACHA, 2002; BARCELLOS e GOULART, 2005; PINTO, 2006; DIDIER, 2006; MARANHÃO *et al.* 2009).

No entanto, em SBC, os resultados demonstram que esta barreira foi rompida quando as fonoaudiólogas participaram da elaboração da proposta curricular do município acerca da importância da linguagem na constituição dos sujeitos e da aquisição da língua oral e escrita no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa. No entanto, observa-se que foi necessário que as fonoaudiólogas pontuassem que esses conteúdos também pertenciam ao seu campo teórico e que, portanto, podem e devem contribuir com a rede de Educação como colocam alguns autores (ZORZI, 1999; GIROTO e OMOTE, 2007; BERBERIAN E CALHETA, 2009).

Podemos observar que a atuação das fonoaudiólogas de SBC, na educação especial e ensino comum, foi sendo modificada pelo processo histórico da inclusão, como discute Mazzota (2005). A inserção gradual de crianças com alterações de linguagem cada vez mais severas e complexas na rede de Educação de SBC, levou as fonoaudiólogas a refletirem como propiciar o acesso ao currículo para essas crianças. A discussão das "impossibilidades" comunicativas de alguns alunos, como apontada por um dos sujeitos, desencadeou discussões maiores acerca do próprio sistema de ensino excludente, segregado, que por possuir tal configuração vai impossibilitando o processo comunicativo, uma vez que agrupa e ensina por homogeneidade e semelhança.

Dessa forma, verifica-se que a atuação desses sujeitos se volta para a análise do projeto pedagógico das unidades escolares, para a proposta curricular do município e para as adequações estruturais e humanas necessárias para o atendimento desses

alunos. Essa atuação do fonoaudiólogo assenta-se no paradigma de suporte discutido por Aranha (2001).

Com relação à prática das fonoaudiólogas da educação especial, os resultados indicam que ocorria na unidade escolar em que estavam lotadas e estavam em consonância com as propostas historicamente construídas e validadas dentro da Fonoaudiologia: atendimento educacional individual ou em grupo, com objetivo de estimulação de linguagem oral e escrita, orientação ao professor sobre atividades de linguagem e orientação às famílias para discussão de encaminhamentos clínicos, pedagógicos e sobre possibilidades de inserção social dos alunos conforme discutido por vários autores (OLIVEIRA, A.G. *et. al.*, 1997; DELGADO *et. al.*, 1997; OLIVEIRA, B.S.A. *et. al.*, 1997; MARTINS, 1999; BERBERIAN, 2007; RAMOS e ALVES, 2008).

A análise dos resultados indicou diferenças de atuação entre as fonoaudiólogas da educação especial e as do ensino comum que podem ser explicadas por algumas hipóteses: as diferentes inserções no sistema de Educação; as experiências profissionais anteriores ao trabalho em SBC e na própria rede; a falta de momentos coletivos de discussão entre as duas equipes e as ofertas diferenciadas de capacitação, isolando as profissionais em suas modalidades de ensino.

Outro aspecto que pode justificar as diferenças entre as fonoaudiólogas da educação especial e as do ensino comum, são as características legais e pedagógicas diferenciadas dessas modalidades de ensino, como, por exemplo, a obrigatoriedade de frequência, seriação, quantidade de dias letivos, exigindo diferentes responsabilidades e ações na efetivação do acesso, permanência e aprendizagem do aluno.

Alguns sujeitos comentam que como fonoaudiólogas clínicas do setor privado ou público, suas orientações para a escola, tinham pouco alcance no que se refere ao

processo de aprendizagem da criança. Percebiam que várias mudanças teriam que ser feitas na estrutura e currículo da escola, porém, não tinham legitimidade para propor e efetivar essas adequações, pois não pertenciam ao contexto dessas instituições. Ressaltam, no entanto, que não deve haver um fonoaudiólogo para cada escola do município, pois acreditam que essa forma de atuação iria reforçar a patologização do espaço escolar.

Esses sujeitos referem que o alcance da atuação fonoaudiológica nas escolas ampliou-se e obteve legitimidade a partir do momento em que passam a fazer parte do sistema de ensino de SBC. Dessa forma, conseguem se apropriar da complexidade e características desse sistema e passam a apresentar um discurso construído, em conjunto e *na* escola, e não mais um discurso *sobre* a escola, feito à distância, como apontam Bacha (2002) e Penteado (2002).

Sabe-se que a ação do fonoaudiólogo no contexto escolar pode ocorrer, no setor público, pelo sistema de Saúde ou de Educação. Por um lado, temos os pressupostos da Promoção de Saúde e as diretrizes nacionais do Sistema Único de Saúde, em que o fonoaudiólogo, inserido neste sistema e a partir deste ponto vista, dimensiona seu território e os equipamentos sociais onde pode trabalhar. Nesse caso, entre várias demandas próprias do sistema de Saúde, a escola se configura como *um* dos seus locais de atuação (MARIN *et al.*, 2003; PENTEADO e SERVILHA, 2004; FONTELLES, 2007; CHUN, 2009; TRENCHE, 2009; CAVALHEIRO *et al.*, 2010).

Pelo lado do sistema educacional, têm-se as diretrizes nacionais e municipais de Educação como pressupostos orientadores de sua atuação. Os sujeitos desta pesquisa referem os pressupostos nacionais e especificamente os municipais de Educação como base para o seu fazer, diferenciando-o da atuação dos fonoaudiólogos inseridos na

Saúde, como explicita a fala de um sujeito ao questionar o *mito que a gente tem o papel de Saúde na Educação.*

Pode-se inferir que essas diferentes inserções, seja na Saúde seja na Educação, são necessárias e complementares, porém não excludentes resultando em diferentes modos de atuar, com objetivos diferenciados, o que leva a um posicionamento da Fonoaudiologia Educacional no sistema de Educação como mostra a literatura (BACHA, 2002; CRFa-2ª, 2010; CFFa, 2010).

Os sujeitos referem, em vários momentos, ao trabalho em equipe, porém utilizam diversas nomenclaturas como multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar explicitando a diversidade de atuações na equipe de orientação técnica. Essa diversidade ocorreu devido às solicitações da SESBC e/ou organização dos próprios profissionais da equipe.

Estas três formas de atuar em equipe têm como parâmetro uma maior ou menor interação entre as disciplinas. Os pontos extremos de oposição seriam a equipe multidisciplinar em que ocorre apenas justaposição de disciplinas sem relações entre os seus conteúdos e a transdisciplinar em que os indivíduos transcendem os espaços disciplinares (FURTADO, 2007).

Os trabalhos multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar são apontados pelos sujeitos como fatores de extrema importância para uma nova proposta de atuação no contexto educacional, pois tem impulsionado a busca de novos conhecimentos, propiciado a colaboração interprofissional, a superação da fragmentação da abordagem e a busca da compreensão conjunta do objeto de estudo, tal como indica Furtado (2007), respondendo, assim de forma mais adequada às necessidades do sistema educacional e das unidades escolares.

No entanto, observa-se que a atuação interdisciplinar e transdisciplinar são também geradoras de conflitos, pois em muitos momentos os contornos profissionais não eram definidos, fator considerado positivo para alguns, mas desestabilizador para outros. Existe entre os sujeitos uma maior ou menor identificação com a multidisciplinaridade, interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade que pode estar associada a experiências anteriores em contextos escolares e de Saúde Pública, em equipes interdisciplinares e transdisciplinares, à formação anterior ou a características individuais.

Os resultados evidenciam que a busca por ações diferenciadas a partir da demanda escolar sempre foi objeto de muita discussão, pois os sujeitos referem que há dificuldade em separar distintamente, em uma situação escolar, o que pertence exclusivamente a um ou outro campo de conhecimento, pois, na medida em que a criança está inserida no contexto escolar, é nesta relação que se deve atuar, procurando realizar uma intervenção que considere as particularidades do sujeito, mas também do contexto onde ele está.

Dessa forma, ao pensar as adequações necessárias para o trabalho com determinado aluno, os sujeitos desta pesquisa referem que se depararam com questões pedagógicas anteriores e básicas do processo de ensino-aprendizagem que foram abordadas por eles antes de se pensar em qualquer trabalho específico da Fonoaudiologia como também discute Silva *et al.* (2009).

Os conceitos de núcleo e campo de competência podem ajudar a entender porque, em determinada situação, não existem contornos fechados de atuação. Campos (1999) conceitua *núcleo de competência e responsabilidade* como as atribuições específicas de uma determinada categoria profissional e *campo de competência e responsabilidade*, como as demandas que extrapolam as atribuições estabelecidas. As

falas dos sujeitos apontam para a complexidade e a urgência das demandas da escola como fator determinante para sua atuação interdisciplinar ou transdisciplinar.

Por fim, pode-se dizer que a experiência das fonoaudiólogas da SESBC, baseada numa visão ampla do sistema de educação municipal, na participação da análise das necessidades estruturais, humanas, de ensino-aprendizagem e formativas da rede, bem como na proposição de mudanças e adequações propiciou uma mudança de paradigma na atuação da Fonoaudiologia Educacional, conforme indicam Berberian(2009) e CRFa-2ª (2010), que tem como pressupostos a compreensão da linguagem como constitutiva dos sujeitos em seu caráter social e cultural e, principalmente, com o compromisso da Fonoaudiologia com a melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem.

VII. CONCLUSÕES

Nesta pesquisa estudou-se a inserção e prática de um grupo de fonoaudiólogas inseridas há 30 anos no sistema municipal de educação de São Bernardo do Campo, sendo, portanto, um importante referencial para área.

Os resultados desta pesquisa demonstram que atuar em Fonoaudiologia Educacional, principalmente no sistema público de Educação, requereu dos sujeitos a apropriação de vários conteúdos que possibilitem ao fonoaudiólogo uma análise crítica do sistema de Educação, concepções, princípios, metodologia, produção do fracasso escolar, patologização, propiciando a constante inter-relação entre conteúdos específicos da Fonoaudiologia e os da Educação. Os achados evidenciam a importância da graduação do fonoaudiólogo contemplar e problematizar esses conteúdos a fim de formar profissionais capacitados e críticos para atuar nesse sistema.

Nesse estudo, além da busca individual de cada profissional, observa-se que as capacitações oferecidas, pela SESBC, para as fonoaudiólogas do ensino comum foram fator importante para a construção da atuação interdisciplinar das fonoaudiólogas atuantes na Educação de SBC.

A inserção das fonoaudiólogas do ensino comum, na Secretaria de Educação, propiciou atuação em diferentes níveis do sistema de ensino, desde o amplo acesso às unidades escolares à proposição de diretrizes para a política pública de Educação no município. No entanto, observa-se que a expectativa da SESBC e das escolas ainda é por um trabalho voltado para o "distúrbio", exigindo constantes esclarecimentos e indicação de propostas abordando, também, o trabalho com a linguagem oral e escrita.

A prática das fonoaudiólogas da educação especial difere da prática das profissionais do ensino comum, fato que pode ser explicado por: oferta diferenciada de capacitações; pouco contato entre as duas equipes para discussão sobre seu trabalho; *lócus* de atuação diferenciado; demandas solicitadas pelas escolas e pela SESBC. Além disso, há as características legais e pedagógicas próprias de cada modalidade de ensino.

O processo de inclusão da rede de ensino de São Bernardo do Campo foi fator determinante para a busca de respostas aos desafios colocados pelas unidades escolares e, consequentemente, para a construção de novos modos de atuação da Fonoaudiologia no contexto educacional.

O trabalho em equipe multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar provocou e provoca conflitos, porém foi fator determinante para apropriação de novos conhecimentos, aproximação do contexto escolar e consequentemente, da construção de outros fundamentos para a atuação dessas fonoaudiólogas.

Ao concluir essa pesquisa, observa-se que a amplitude e abrangência da experiência das fonoaudiólogas da rede municipal de ensino de São Bernardo do Campo aponta que a Fonoaudiologia Educacional exercida dentro do sistema de Educação, caracteriza-se como um importante campo de atuação e inserção da Fonoaudiologia. Neste sentido, indica uma mudança de paradigma em que se mostra necessário ao fonoaudiólogo como profissional da Saúde, atuar na Educação em uma perspectiva intersetorial, se relacionando com as políticas públicas de Educação de nosso país, visando o acesso, a permanência, a melhoria da qualidade do ensino e o sucesso da aprendizagem de todos os alunos.

Finalizando, destaca-se a importância da realização de outros estudos enfocando a inserção da Fonoaudiologia nos sistemas públicos educacionais de nosso país, além de discussões entre os profissionais da área, a fim de que se possa aprofundar, ampliar e principalmente qualificar a atuação da Fonoaudiologia junto à Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T.W. Mínima Morália. Rio de Janeiro. Azougue Editorial. 2008. 263 p.

ANTUNES, S. R. *et al.* Fonoaudiologia Educacional: de onde partirmos? Para onde vamos? In 17º. Congresso Brasileiro Fonoaudiologia; 2009, Salvador. *Anais eletrônicos...*Salvador: SBFA 2009. Disponível em: http://www.sbfa.org.br/portal/anais2009/anais_select.php?op=PT&cid=2296&tid=1.

2009.>. Acesso em: 20 dez.2009.

ARANHA, M.S.F. Paradigmas da relação da Sociedade com as Pessoas com Deficiência. *Revista Ministério Público do Trabalho*, Ano XI, nr. 21:160-173. março, 2001. Disponível em:

http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/08dez08_biblioAcademico_p aradigmas.pdf>. Acesso em: 31 ago 2011.

BARCELLOS, C.A.P.; FREIRE, R.M. Assessoria fonoaudiológica na escola: sob o efeito da escrita e sua aquisição. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, 17(3): 373-383, dezembro, 2005. Disponível em:

http://www.pucsp.br/revistadisturbios/artigos/Artigo_426.pdf>. Acesso em: 12 jul.2011.

BARCELLOS, C.A.P.; GOULART, J.D.S. Assessoria Escolar em Fonoaudiologia: o que pensam os educadores a respeito da atuação do fonoaudiólogo na escola?

Janus, Lorena, ano 2, nº 2, 1º semestre de 2005. Disponível em: < http://www.fatea.br/seer/index.php/janus/article/viewFile/15/18>. Acesso em: 09 jul. 2011.

BACHA, S.M.C. Fonoaudiologia Escolar: Possibilidades no Ensino Regular. 2002. 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Mato Grosso Sul, Campo Grande/MS, 2002. Disponível em: < http://www.cbc.ufms.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=565>.

Acesso em: 10 jul. 2011.

BERBERIAN, A. P. Fonoaudiologia e Educação: um encontro histórico. 2 ed. São Paulo: Plexus, 2007. 136 p.

BERBERIAN, A.P.; CALHETA, P.P. Fonoaudiologia e Educação: sobre práticas voltadas à formação de professores. In FERNANDES, F.D.M e outros. *Tratado de Fonoaudiologia*. 2. ed. São Paulo: Roca, 2009. p. 682-691.

BITAR, M. L. Fonoaudiologia escolar: relato de uma experiência. In: FERREIRA, L. P. (org.). *O Fonoaudiólogo e a Escola*. São Paulo: Summus, 1991. p.75-80.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica de 2009*. Disponível em: http://www.educasensomec.inep.gov.br/basica/censo/default.asp. Acesso em: 02 Nov. 2010.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*.

Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 jul.2011.

BRASIL (a). *Lei Federal 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília. 1990. Disponível em:

< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm >. Acesso em: 28 mai. 2011.

BRASIL (b). *Lei Federal 8.080*, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Brasília. 1990. Disponível em: < http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.

BRASIL. *Lei Federal 9394*, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dezembro 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 20 de abr. 2011.

CALHETA, P. P. Fonoaudiologia e educação: sentidos do trabalho de assessoria a escolas públicas. In: CESAR, C. P. H. A. R. e CALHETA, P. P. (org.). *Assessoria e Fonoaudiologia: perspectivas de ação*. São Paulo: Revinter, 2005. p.103 - 115.

CALHETA, P.P.; SILVA, T.O.F. Reflexões sobre a assessoria fonoaudiológica na escola. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, v.17, n. 2, p. 225-232, 2005.

CAMPOS, G. W. S. Equipes de referência e apoio especializado matricial: um ensaio sobre a reorganização do trabalho em saúde. *Cienc. Saúde Coletiva*, v. 4, n. 2, p. 393-403, 1999.

CAMPOS, E.F.E. *A coordenação pedagógica em questão: diálogos nos Círculos de Debates.* 2010. 243 p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20042010-140600/ Acesso em: 22 abr. 2011.

CAPPELLETTI, I.F. O lugar onde o fonoaudiólogo "habita". In: FERREIRA, L.P., (org). *O Fonoaudiólogo e a escola*. São Paulo: Summus, 1991. p. 9-20.

CARIOLA, S.G. *et al.* A criança disfágica vai à Escola. In 18º. Congresso Brasileiro Fonoaudiologia; 2010, Curitiba. *Anais eletrônicos...*Curitiba: SBFA 2010. Disponível em:http:// www.sbfa.org.br/portal/anais2010/anais_ select.php?op= buscaresultado&cid=3054&tid=3>. Acesso em: 28 mai. 2011.

CAVALHEIRO, M.T.P. Reflexões sobre a relação entre a Fonoaudiologia e a Educação. In: GIROTO, C.R.M, (org.). *Perspectivas Atuais da Fonoaudiologia na Escola*. São Paulo: Plexus Editora: 1999. p. 11-23.

CAVALHEIRO *et al.* Fonoaudiologia e intersetorialidade: programa de saúde escolar. In 18º. Congresso Brasileiro Fonoaudiologia; 2010, Curitiba. *Anais eletrônicos...*Curitiba: SBFA 2010. Disponível em: http://www.sbfa.org.br/portal/anais2010/anais-select.php?op=buscaresultado&cid=4211&tid=1. Acesso em: 28 mai. 2011.

CFFa. *Resolução CFFa nº 309*. Dispõe sobre a atuação do Fonoaudiólogo na educação infantil, ensino fundamental, médio, especial e superior. Brasília, DF. 18 de abril de 2005.

CFFa. *Resolução CFFa nº 387*. Dispõe sobre as atribuições e competências do profissional especialista em Fonoaudiologia Educacional reconhecido pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia. Brasília, DF. 18 de setembro de 2010.

CHUN RYS. Promoção da Saúde e a Produção do Cuidado em Fonoaudiologia. In. Fernandes FDM, Mendes BCA, Navas, ALPGP (org) *Tratado de Fonoaudiologia*. São Paulo: Roca, 2009. p. 605-11

CIBOTO, T. Fonoaudiologia Escolar: Proposta de Práticas Reflexivas de Linguagem para o Ensino Fundamental. 2006. 214 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

COIMBRA, L. M. V.; LUQUE, M. C. M. F.; MACHADO, S. A. F. Fonoaudiologia Escolar: um campo de trabalho em desenvolvimento. In: FERREIRA, L. P. (org.). *O Fonoaudiólogo e a Escola*. São Paulo: Summus, 1991. p.61-66.

COLLAÇO, N.L. Fonoaudiologia escolar: as origens de uma proposta. In: FERREIRA, L. P. (org.). *O Fonoaudiólogo e a Escola*. São Paulo: Summus, 1991. p. 21-28.

COLLARES, C.A.; MOYSÉS, M.A. *Preconceitos no cotidianos escolar: ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez editora. 1996. 264 p.

COTRIM, B. C. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. *Rev. Saúde Pública*, v. 30, n. 3, p. 285-293, 1996.

CRFa. A Fonoaudiologia na Educação. Políticas Públicas e Atuação do Fonoaudiólogo. São Paulo: Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região. 2010.

DELGADO, A.R. *et al.* A Importância da Integração da Família no Processo Terapêutico: Relato de Experiência em Clínica-Escola. In LAGROTTA, M.G.M; CESAR, C.P.H.A.R.(org). *A Fonoaudiologia nas Instituições*. São Paulo: Editora Lovise; 1997. p. 53-54.

DIDIER, M.C.C. *Narrativas e Representações Sociais sobre a atuação fonoaudiológica na escola.* 2006.137p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - UNICAP, Recife, 2006. Disponível em http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/2/TDE-2006-12-18T133348Z-25/Publico/Maria%20didier.pdf Acesso em: 21 abr.2011.

FAVARETTO, S.A.C. A observação em sala de aula como estratégia da fonoaudiologia educacional...In 18º. Congresso Brasileiro Fonoaudiologia; 2010, Curitiba. *Anais*

eletrônicos...Curitiba: SBFA 2010. Disponível em:
http://www.sbfa.org.br/portal/anais2010/anais_select.php?op=buscaresultado&cid=3091&ti
d=2>. Acesso em: 28 mai. 2011.

FERREIRA, L. P. (org.). *O Fonoaudiólogo e a Escola*. São Paulo: Summus, 1991. 136 p. FIGUEIREDO NETO, L. *O início da prática fonoaudiológica na cidade de São Paulo - seus determinantes históricos e sociais*. 1988. 100p. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia). Faculdade de Fonoaudiologia. PUC. São Paulo.1988.

FONTELLES, I.B.A. *A inserção do fonoaudiólogo em instituições educacionais em Salvador*. 2007. 235 p. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia). Faculdade de Fonoaudiologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: < http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5513 >. Acesso em: 10 jul. 2011.

FRANÇA, J.L; VASCONCELLOS, A.C. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte. Editora ufmg. 2009. 230 p.

FURTADO, J. P. Equipes de referência: arranjo institucional para potencializar a colaboração entre disciplinas e profissões. *Interface comun. saúde educ.*, v. 11, n. 22, 2007.

GIROTO, C.R.M. O professor na atuação fonoaudiológica em escola: participante ou mero espectador? In: Giroto CRM, (org). *Perspectivas Atuais da Fonoaudiologia na Escola*. São Paulo: Plexus Editora; 1999 p. 24-41.

GIROTO, C.R.M.; OMOTE, S.O. O trabalho em grupo e a atuação fonoaudiológica com a linguagem escrita em escolas. In: SANTANA, A.P.; BERBERIAN, A.P.; GUARINELLO, A.C.; MASSI, G. (org). *Abordagens Grupais em Fonoaudiologia: contextos e aplicações*. São Paulo: Plexus Editora; 2007. p. 80-104

GONDIM, S. M. G. Grupos Focais como Técnica de Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos. Revista Paidéia. *Cadernos de Psicologia e Educação*, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2002.

GRANER, A.R. Fonoaudiologia e Práticas de Saúde no SUS: Análise da Produção Científica (1990-2005). 2007. 91 p. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia) - PUC, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5689 Acesso em: 21 abr. 2011.

GUEDES, Z. C. F. Fonoaudiologia: uma opção pela prevenção. In: FERREIRA, L. P. (org.). *O Fonoaudiólogo e a Escola*. São Paulo: Summus, 1991. p.81-90.

HASHIGUTI, S.T. O Discurso médico e a *patologização* da Educação. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, 48(1): 41-51, Jan./Jun. 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132009000100004>. Acesso em: 12 jul. 2011.

IERVOLINO, A. S.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. *Rev Esc Enf USP*, v. 35, n. 2, p. 115-121, Jun 2001. KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. Psicologia em Revista, v. 10, n. 15, p. 124-136, 2004.

LACERDA, C.B.F.L.; CAVALHEIRO, M.T.P.; MOLINA, M.C. Repensando a Fonoaudiologia Educacional através da prática em Instituições Educacionais de Campinas In: FERREIRA, L. P. (org.). *O Fonoaudiólogo e a Escola*. São Paulo: Summus, 1991. p. 91-102.

LAGROTTA, M.G.M.; CORDEIRO, M.C.; CAVALHEIRO, M.T.P. Discutindo a fonoaudiologia na escola. In FERREIRA, L.P. (org). *O Fonoaudiólogo e a escola*. São Paulo: Summus, 1991.p. 67-74.

LEVY, I.P. Uma prática que (como as outras) se legitima pelo exercício da aplicação e da continuidade. In: FERREIRA, L. P. (org.). *O Fonoaudiólogo e a Escola*. São Paulo: Summus, 1991. p. 103-18.

LIPAY, M.S.; ALMEIDA, E.C. A fonoaudiologia e sua inserção na saúde pública.

Rev. Ciênc. Méd., Campinas, 16(1):31-41, jan./fev., 2007. Disponível em: http://www.puc-campinas.edu.br/centros/ccv/revcienciasmedicas/artigos/v16n1a4.pdf.

Acesso em: 11 jul. 2011.

MARANHÃO, P.C.S *et al.* Fonoaudiologia e Educação Infantil: Uma parceria necessária. *Rev. CEFAC.* 2009. Jan-Mar; 11(1): 59-66. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v11n1/136-07.pdf. Acesso em: 21 abr. 2011.

MARIN, C.R. *et al.* Promoção da Saúde em Fonoaudiologia: ações coletivas em equipamentos de Saúde e Educação. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, ano 8, n.1, p. 35-41, 2003.

MARTINS, G.A.H. Refletindo sobre a atuação do Fonoaudiólogo junto à Educação Especial. In: GIROTO, C.R.M, (org.). *Perspectivas Atuais da Fonoaudiologia na Escola*. São Paulo: Plexus Editora; 1999. p. 110-118.

MATUMOTO *et al.* Contribuindo para a inclusão escolar: quando o acompanhamento do fonoaudiólogo educacional pode fazer a diferença. In 18º. Congresso Brasileiro Fonoaudiologia; 2010, Curitiba. *Anais eletrônicos...*Curitiba: SBFA 2010. Disponível em:http://www.sbfa.org.br/portal/anais2010/anais_select.php?op=buscaresultado&cid=36 24&tid=4>. Acesso em: 28 mai. 2011.

MAZZOTA, M.J.S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. 5 ed. São Paulo: Cortez; 2005. 208 p.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6 ed. Rio de Janeiro: Abrasco, 1999. 407 p.

NETO, O. C. *et al.* Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 2002. Ouro Preto. Minas Gerais. *Anais eletrônico...*Ouro Preto. 2002. Disponível

em:<<u>http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.</u>
pdf>. Acesso em: 26 jun.2010.

OLIVEIRA, A.G. *et al.* A Dramatização como Recurso Terapêutico na Clínica-Escola.. In LAGROTTA, M.G.M; CESAR, C.P.H.A.R. (org). *A Fonoaudiologia nas Instituições.* São Paulo: Editora Lovise; 1997. p. 49-51

OLIVEIRA, B.S.A. *et al.* Como receber pacientes numa clínica-escola de Fonoaudiologia: Uma nova proposta. In LAGROTTA, M.G.M; CESAR, C.P.H.A.R. (org). *A Fonoaudiologia nas Instituições*. São Paulo: Editora Lovise; 1997. p. 55-60.

PENTEADO, R. Z. Fonoaudiologia e Escolas Promotoras de Saúde: Algumas Reflexões. In LACERDA, C.B.F.; PANHOCA, I. (org). *Tempo de Fonoaudiologia III*. Taubaté/SP: Cabral Editora Universitária, 2002. p. 175-200.

PENTEADO, R.Z.; SERVILHA, E.A.M. Fonoaudiologia em saúde pública/coletiva: compreendendo prevenção e o paradigma da promoção da saúde. *Dist. Comunicação*. 16(1): 107-116, 2004. Disponível em: < http://www.fonoaudio.com.br/artigos/artfono2.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2011.

PINTO, A.M.M. *et al.* Fonoaudiologia Educacional junto a um sistema de ensino público. In: FERREIRA, L. P. (org.). *O Fonoaudiólogo e a Escola.* São Paulo: Summus, 1991. p. 29-60.

PINTO, D.A.L. Fonoaudiólogo: apoio ou ameça? Representações sociais de professores do ensino fundamental sobre o "fonoaudiólogo". 2006. 94 p. Dissertação [Mestrado em Educação]. Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.estacio.br/mestrado/educacao/dissertacoes/Dissert_RSPE_Daniela_Aparecid a Lopes Pinto.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2011.

RAMOS, A.S.; ALVES, L.M. A Fonoaudiologia na Relação entre Escolas Regulares de Ensino Fundamental e Escolas de Educação Especial no Processo de Inclusão. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, Mai.-Ago. 2008, v. 14, n.2, p.235-250.

RESSEL, L. B. *et al.* O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. *Texto Contexto Enferm*, v. 17, n. 4, p. 779-786, Out-Dez 2008.

ROCHA A.C.O.; MACEDO, H.O. Que relação é esta: fonoaudiologia, escola e graduação? In: LAGROTTA, M.G.M.; CESAR, C.P.H.A.R.(org). *A Fonoaudiologia nas Instituições*. São Paulo: Editora Lovise; 1997. p. 99-103.

RODRIGUES, V. *et al.* Fonoaudiologia em espaços sociais: linguagem e interações em uma classe de educação para jovens e adultos (EJA). In 7º. Simpósio de Ensino de Graduação. *Anais eletrônicos...*Piracicaba: UNIMEP 2009. Disponível em: http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/7mostra/4/274.pdf. Acesso em: 09 jul.2011.

SÃO BERNARDO CAMPO. *Lei nr. 4681*, de 26 de novembro de 1998. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério. Câmara Municipal de São Bernardo do Campo. Disponível em:

http://www.leismunicipais.com.br/legislacao-de-sao-bernardo-do-campo/725624/lei-4681-1998-sao-bernardo-do-campo-sp.html. Acesso em: 28 mai.2011.

SÃO BERNARDO CAMPO (a). *Lei nr. 5309-30*, de 30 de junho de 2004. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino. Câmara Municipal de São Bernardo do Campo. Disponível em: http://www.leismunicipais.com.br/legislacao-de-sao-bernardo-do-campo/231203/lei-5309-2004-sao-bernardo-do-campo-sp.html. Acesso em: 29 jul.2011.

SÃO BERNARDO DO CAMPO (b). Responsabilidades e Ações das Equipes de Orientação Técnica da Secretaria de Educação e Cultura. Secretaria de Educação e Cultura. São Bernardo do Campo. 2004.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Prefeitura Municipal. *Sumário de Dados 2010*. Disponível em:

http://www.saobernardo.sp.gov.br/dados1/arquivos/sumariodedados/SBC_DADOS_Capitulo04.pdf. Acesso em: 24 Abr 2011.

SCAVAZZA, B. L. Um dia da caça, outro ... In: FERREIRA, L. P. (org.). *O Fonoaudiólogo e a Escola*. São Paulo: Summus, 1991. p.119-130.

SILVA, C.R.B.; *A Formação do Fonoaudiólogo: Desafios e Perspectivas para a Educação Inclusiva.* Mestrado em Educação. PUC-Campinas, 2007. 119 p. Disponível em: http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/CassiaReginaBSilva.pdf. acesso em: 12 jul.2011.

SILVA, D.P. *et al.* Comunicação Suplementar e Alternativa: desvelando a comunicação na escola. In 17º. Congresso Brasileiro Fonoaudiologia; 2009, Salvador. *Anais Eletrônico...*Salvador: SBFA 2009. Disponível em: http://www.sbfa.org.br/portal/anais2009/anais_select.php?op=buscaresultado&cid=2759 &tid=1 >. Acesso em: 28 mai. 2011.

TRENCHE, M.C.B.; BALIEIRO, C.R. Fonoaudiologia e inclusão sociaL. In. Fernandes, F.D.M, Mendes, B.C.A, Navas, A.L.P.G.P. (org). *Tratado de Fonoaudiologia*. São Paulo: Roca, 2009. p. 627-32.

TURATO, E. R. Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa: construção teórico-epistemológica discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 688 p.

TURATO, E. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Rev. Saúde Pública*, v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005.

UNESCO. *Declaração de Salamanca*. Espanha. 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2011.

VERA *et al.* Centro de referência em educação de sorocaba: inovação na rede pública de ensino. In 18º. Congresso Brasileiro Fonoaudiologia; 2010, Curitiba. *Anais eletrônicos...*Curitiba: SBFA 2010. Disponível em:< http://www.sbfa.org.br/portal/anais2010/anais_select.php?op=buscaresultado&cid=3112&ti d=2>. Acesso em: 28 mai. 2011.

VIEIRA, C.G. *et al.* As relações no cotidiano escolar: uma análise acerca da complexidade institucional. In II Fórum de Estudos Multidisciplinares; 2008, Franca. *Anais eletrônicos* ...Franca: UNI-FACEF 2008. Disponível em: < http://www.facef.br/novo/publicacoes/Ilforum/Textos%20IC/Camila,%20Fabiana,%20Maya ra,%20Suzi%20e%20Adriana.pdf>. Acesso em: 12 jul.2011.

WESTPHAL, M. F.; BÓGUS, C. M.; FARIA, M. D. M. Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. *Bol Oficina Sanit Panam*, v. 120, n. 6, p. 472-482, 1996.

ZORZI, J.L. Possibilidades de Trabalho no ambito escolar-educacional e nas alterações da escrita. In: GIROTO, C.R.M.(org.). *Perspectivas Atuais da Fonoaudiologia na Escola*. São Paulo: Plexus Editora; 1999. p. 42-55.

ANEXOS

Anexo I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu,	RG	, dou meu	consentimento livre e
esclarecido para participar como	voluntário(a) do projeto de p	pesquisa: "Fonoa	udiologia Educacional
Inserção e prática da Fonoaudiolo			
pesquisadora Silvia Guarinello Ca			
Educação de São Bernardo do Can			strado Profissional Saúde
Interdisciplinaridade e Reabilitação o			
Fui esclarecido(a) pela pesquisadora			. ~
- Esta pesquisa justifica-se pela nec			
- O objetivo deste trabalho é estudar	a inserção e pratica da Fonoa	audiologia na educa	ação do municipio de Sac
Bernardo do Campo, SP.			
- O procedimento adotado será a			
orientação técnica da Seção de Ed			
Os dados serão organizados e interprática da fonoaudiologia educacion			
- Não há riscos nem desconfor			
interrompidos a qualquer momento			
necessárias:	por minia solicitação ou pe	ia pesquisauora, c	que torriara as medidas
 Minha participação na pesquisa 	não implica em nenhum o	nasto adicional n	ara mim e nortanto a
pesquisadora não prevê <i>nenhuma</i>			
como estou <i>isento de qualquer d</i>			
despesas em função da participaçã			
O ressarcimento destina-se às desp			
se não participasse da mesma. Est			
trabalho na Seção de Educação Incl			
- A pesquisadora responsável garan			
modo, possam provocar constrang			
utilizados exclusivamente para fins o			•
- Eu terei a liberdade de interrom	per a participação neste estu	ido a qualquer mo	omento, sem prejuízo de
qualquer espécie.			
- Posso solicitar quaisquer esclareci	mentos sobre a pesquisa a qua	alquer momento.	
Declaro que recebi uma cópia deste	Termo.		
Assinatura:		Data:/	1
/issinatara		Data	·
Contatos: Pesquisadora: (11) 5041 9			
Seção de Educação Inclusiva da Se	cretaria de Educação de São E	Bernardo do Campo	o – (11) 4336 7777

Anexo II – Ficha de Identificação

DATA											
1)) Há quanto tempo está formada?										
2)	Antes de trabalhar na Equipe de Orientação Técnica, atuava como fonoaudióloga										
	escola	ar? Sim	ı ()	Não) () H	á quanto t	empo	?	.	
3)	Há	quanto	tempo	trak	oalha	na	Equipe	de	Orientação	Técnica?	
4) Discrimine as modalidades de ensino e o período em que trabalhou, na E.O.T.:											
Educação Infantil sim () não ()											
Períod	lo: de	/		até		/_					
Ensino	Funda	amental	sim ()	não	o ()				
Períod	lo: de	/	/	até							
Educa	ção Es	pecial	sim ()	não	()				
Períod	do: de	/_	/	até	/	/_					